



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Programa de Pós-Graduação Em História

Mestrado em História Social da Cultura Regional

Ana Lúgia Lira da Silva

**A HERANÇA HISTÓRICA CULTURAL JUDAICA NO AGRESTE
PERNAMBUCANO**

Recife

2019

Ana Lúcia Lira da Silva

**A HERANÇA HISTÓRICA CULTURAL JUDAICA NO AGRESTE
PERNAMBUCANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ana Lúcia Nascimento Oliveira.

Recife

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586hj Silva, Ana Lúcia Lira da.
A herança histórica cultural judaica no Agreste de Pernambuco / Ana Lúcia Lira da Silva
. – Recife, 2019.
112 f.: il.

Orientador(a): Ana Lúcia Nascimento Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências.

1. Cimbres 2. Judeu 3. Migração 4. B'Nei Anussin I. Oliveira, Ana Lúcia Nascimento,
orient. II. Título

CDD 981.34



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TÍTULO DA DISSERTAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

NOME COMPLETO DO ALUNO

APROVADA EM / /2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof. Dr.
Programa Pós-Graduação em História – SIGLA UNIVERSIDADE

Prof. Dr.
Programa Pós-Graduação em História – SIGLA UNIVERSIDADE

AGRADECIMENTOS

Toda gratidão e respeito à minha orientadora, Professora Ana Lúcia Nascimento, por sua dedicação, paciência, entrega e amor com este trabalho. Foram muitos desafios que não seriam vencidos, caso não fosse uma das principais características desta grande mulher enxergar em cada um dos seus orientandos muito além das potencialidades superficiais. Sem sua sabedoria, que vai muito além dos conhecimentos acadêmicos, esta pesquisa se quer teria começado. Levarei para a vida as grandes lições aprendidas neste breve tempo.

Agradeço especialmente ao Professor Helder Macedo, qualificador externo deste trabalho, por suas valiosas contribuições, seu tempo e seu carinho.

Todo meu amor pela professora Suely Luna, qualificadora interna desta pesquisa conselheira, incentivadora e exemplo a ser seguido.

Agradeço ao Rabino Gilberto Ventura, sua esposa Jacqueline Ventura, ao pesquisador Luciano Canuto por toda fé, ajuda e incentivo.

Gratidão à Saulo e Marcella Gusmão, por permitirem nossas pesquisas na propriedade Arawi.

Imensa gratidão a todos do Neparq pela entrega, pela compreensão e suporte profissional no desenvolvimento deste trabalho.

Dedico este trabalho à minha família que suportou todas as minhas ausências e a todos nós B'nei Anussim, como eu, filhos dos forçados, como contribuição para que nossa história seja contada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

RESUMO

O trabalho apresenta documentos inéditos ligados ao judaísmo encontrados no território de uma antiga vila do interior de Pernambuco. Analisa costumes e memórias da população local ligados à alimentação, ao luto, ao modo de viver e como estes foram introduzidos e mesclados no cotidiano da população da Vila de Cimbres, distrito da cidade de Pesqueira, agreste de Pernambuco. Neste sentido, levanta-se também a possibilidade de uma rota/destino de migração de cristãos novos para a região supracitada. O estudo faz uso da interdisciplinaridade entre História, Arqueologia e Arquitetura na análise de dados e documentos do século XVIII e XIX, cujo conteúdo e importância ecoam na realidade atual. A citada Vila foi escolhida como referência para este estudo por apresentar indícios de presença de descendência judaica/cristã nova sem que este aspecto nunca tenha sido abordado. A escolha se fundamenta ainda por sua importância nos séculos XVII, XVIII e XIX.

ABSTRACT

The work presents unpublished documents related to the Judaism found in the territory of an old town in the interior of Pernambuco. It also analyzes customs and memories of the local population related to food, mourning, the way of life and how they were introduced and mixed in the daily life of the population of Vila de Cimbres, district of the city of Pesqueira, Pernambuco. In this sense, the possibility of a route / destination of migration of new Christians to the mentioned region is also raised. The study makes use of the interdisciplinarity between history, archeology and architecture in the analysis of data and documents of the eighteenth and nineteenth centuries whose content and importance echo in the current reality. The aforementioned Vila was chosen as reference for this study because it showed signs of the presence of new Jewish / Christian descent without this aspect never been approached. The choice is still based on its importance in the seventeenth, eighteenth and nineteenth centuries.

PALAVRAS-CHAVE: judaísmo, migração, b'nei anussim, cristãos-novos.

KEYWORDS: Judaism, migration, B'nei Anussim, New Christians.

LISTA DE FÍGURAS

Figura 01- Mezuzá no portal de uma residência.....	54
Figura 02- Texto interno Mezuzá.....	54

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização da área Xucuru, território da antiga Vila de Cimbres.....	19
Mapa 02- Território da Vila de Cimbres, século XVII.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Móveis e aviamentos família D'Annuniação.....	46
Quadro 2- Lista de animais família D'Annuniação	48
Quadro 03- Lista de seres humanos escravizados pertencentes ao Sr.D'Annuniação..	48
Quadro 4- Preço médio de seres humanos escravizados Pernambuco.....	51

LISTA DE FOTOS

Foto 01- Casa Manuel Vicente D' Annuniação.....	45
Foto 02- Retrato falado Manuel Vicente D'Annuniação.....	45
Foto 03- Nota de compras para a alimentação de seres humanos escravizados.....	52
Foto 04/05 – Casas Cimbres com cruz de palha	54
Foto 06- Casa Espanha com o sinal da cruz.....	58
Foto 07- Marca da cruz riscada no portal casa Cimbres.....	59
Foto 08-Visão externa da casa com a cruz riscada no portal.....	59
Foto 09- Mesa com gaveta.....	59
Foto 10- Ruína localizada nos arredores de Cimbres.....	61
Foto 11- Prospecções nas vertentes Sítio Arawi 1.....	65
Foto 12- Tomada geral da plantação de milho Sitio Arawi 1.....	66
Foto 13- Fragmentos de porcelanas de uso doméstico.....	67
Foto 14- Fragmentos de porcelanas de uso doméstico (02).....	68
Foto 15- Detalhe construção paredes de pedra	69
Foto 16- Localização do entaipamento ruína Arawi.....	72
Foto 17- Vista externa da ruína Arawi.....	73
Foto 18- Local onde foi encontrado o invólucro.....	74
Foto 19- Local onde foi encontrado o vestígio arqueológico.....	75

Foto 20- Documento arqueológico encontrado dentro da ruína.....	76
Foto 21- Retirada da camada de parafina do documento arqueológico.....	77
Foto 22/23 -Retirada camadas de proteção do documento arqueológico.....	78
Foto 24 / 25- Abertura documento arqueológico.....	78
Foto 26/27- Rabinos validam documento arqueológico.....	79
Foto 28- Tomada geral do poço (mikvê).....	80
Foto 29- Detalhe perfil norte poço.....	80
Foto 30 – Área de contenção.....	81
Foto 31- Estrutura de uma possível Mikvê.....	82
Foto 32- Parte da estrutura de contenção.....	83
Foto 33- Fragmentos de calha cerâmica.....	84
Foto 34- Estrutura da calha.....	86
Foto 35 – Muro de pedra possível mikvê.....	88
Foto 36- Detalhe da deposição de um canjicado.....	89
Foto 37- Piso de cimento sobreposto ao ladrilho.....	90
Foto 38- Fragmento de tijolo com marca de produção.....	91
Foto 39- Fragmento de cerâmica indígena.....	92
Foto 40- Garfo de ferro.....	94
Foto 41- Chave de ferro.....	94
Foto 42- Tigela de argila.....	95
Foto 43- Verso tigela de argila.....	95
Foto 44- Detalhe da inscrição hebraica.....	96

SUMÁRIO

Resumo -----	03
Lista de Ilustrações -----	04
Lista de Mapas -----	04
Lista de Fotos -----	04
INTRODUÇÃO -----	09
- A definição dos objetivos da pesquisa	
- Procedimentos teórico-metodológicos	
- A organização do texto	
CAPITULO I -----	14
Os judeus e cristãos novos na capitania de Pernambuco- Uma história construída entre chegadas, permanências e partidas	
1.1- Capitania de Pernambuco: Um destino novo com problemas antigos.....	14
1.2- O agreste e sertão da capitania de Pernambuco como rota alternativa.....	19
1.3- Remanescentes. Denúncias, blasfêmia.....	25
1.4- Cristãos novos e cristãos novos criptojudasizantes.....	29
CAPITULO II -----	34
Memórias do silêncio – indícios judaicos em meio aos costumes locais	
2.1- A Estrela Oculta do Sertão e a investigação dos rastros.....	34
2.2- A comida Kasher e a culinária Cimbrense.....	36
2.3- A história de Manuel Vicente d’Anunciação – O passado que vive no presente.	38
2.4 Aspectos financeiros e a vida privada de um cristão novo criptojudasizante.....	42
no sertão pernambucano.	
2.5- O morar.....	53

CAPITULO III	63
Resquícios da fé, fragmentos da história	
3.1- Visita técnica de arqueólogos e historiadores ao Sítio Arawi 1.....	63
3.2- Vestígios arqueológicos no Sítio Arawi 1- Cerâmicas.....	65
3.3-Vestígios arqueológicos Sítio Arawi 1- Ruína.....	68
3.3- Vestígios arqueológicos Sítio Arawi 1- Mezuzá.....	71
3.4- Estrutura de uma possível Mikve e seus desdobramentos.....	79
3.5- Artefatos de cozinha encontrados na área da possível Mikve.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
Fontes e Referências bibliográficas.....	100
Glossário.....	110

INTRODUÇÃO

Para o exercício do estudo da História, tarefa que com a interdisciplinaridade abraça saberes como a Literatura, a Sociologia, a Antropologia e a Linguística, é necessário avaliar e reavaliar as fontes e relatos históricos de forma constante, discutir e usar diversas ferramentas que proporcionem olhar o passado com possibilidade de entendimento. Assim, teremos a chance de construir, a cada narrativa, a cada vestígio deixado pela humanidade, um novo ângulo de interpretação do passado fazendo emergir, como nos ilumina o termo “a biblioteca vivida”, criado por Jean Marie Goulemot (1996) e que se refere à memória de leituras anteriores e de dados culturais. Sendo assim, o uso de fontes documentais imateriais como relatos orais, hábitos alimentícios e lendas, se mostra importantíssimo no decorrer desta pesquisa. Segundo Luís Fernando Ferreira Cerir.

[...] os questionamentos sobre o uso restrito e exclusivo de fontes escritas conduziu a investigação histórica a levar em consideração o uso de outras fontes documentais, aperfeiçoamento as várias formas de registros produzidos. A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, figurada, música e rítmica (CERRI; FERREIRA, 2007, p. 72).

A “biblioteca vivida” era, aparentemente, tudo que se tinha ao iniciar este trabalho de pesquisa sobre a possibilidade da presença de cristãos novos no interior do Estado de Pernambuco, mais precisamente na antiga Vila de Cimbres, localizada a 240 quilômetros do Recife. Cimbres atualmente é distrito da cidade de Pesqueira, parte do agreste setentrional do Estado.

Os indícios de que a Vila de Cimbres, em um passado recente, havia recebido considerável influência da cultura judaica começaram a surgir durante a fase exploratória das pesquisas para o livro, de minha autoria, *O Capitão dos Índios* (Silva, 2008), que conta a história real do Capitão Manuel Vicente d’Annuniação, meu tataravô. Tais indícios estavam representados nos hábitos alimentares, no modo de guarda do Shabat, nos casamentos interfamiliares, nos rituais de luto e em algumas crenças.

Toda a documentação histórica referente à condição de cristão-novo de Manuel Vicente e sua família era de natureza imaterial e consistia nos relatos de seus descendentes. No entanto, no decorrer desta pesquisa foram encontrados em prospecções próximas a área em que Manuel viveu artefatos de cerâmica, entre estes alguns de barro com inscrições em hebraico e uma mezuzá. Tais artefatos arqueológicos indicam ter procedência e datas variadas, indo do período pré-colonização até o início do século XX. Analisaremos tais artefatos no decorrer da apresentação deste trabalho.

Os procedimentos metodológicos usados nesta pesquisa concentram-se no campo da pesquisa exploratória, da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de observação. Segundo Antonio Carlos Gil:

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Assim, o conceito de pesquisa aqui adotado aplica-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais, incluindo Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Economia etc. (GIL, 2008, p.27)

Na área da pesquisa exploratória observamos a “biblioteca vivida”, trabalhamos com coleta de depoimentos de moradores da Vila de Cimbres e de descendentes do Manuel Vicente d’Anunciação, e análise de achados arqueológicos encontrados na área estudada e com possível origem judaica. A pesquisa exploratória é definida por Gil (2008, p.27) como a pesquisa que tem, dentro de suas potencialidades, a chance de modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

A pesquisa bibliográfica, neste trabalho, está fundamentada no estudo de fontes manuscritas, livros, artigos, dissertações, arquivos da Torre do Tombo. Em suma, faz uso então de estudo de caso, entrevistas semiestruturadas, vivência, análise documental, observação e pesquisa bibliográfica.

A pesquisa de observação atenta aos detalhes e coloca o pesquisador dentro do cenário de forma que ele possa compreender a complexidade dos ambientes psicossociais, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais competente (ZANELLI, 2002). Por isto, a observação é mais adequada a uma análise de comportamentos espontâneos e à percepção de atitudes não verbais, podendo ser simples ou exigindo a utilização de instrumentos apropriados (ZANELLI, 2002). A pesquisa de observação foi aplicada, sobretudo, durante a vivência de seis dias na comunidade de descendentes de cristãos novos criptojudaitas localizada na cidade de Belo Jardim - Pernambuco.

Como podemos observar, a construção desta pesquisa se dá como um processo de junta de fragmentos ora encontrados em documentação oral, ora em documentação escrita, ora

percebida por meio de observação. A respeito deste processo de junta de fragmentos ora materiais, ora imateriais, Eliana Rezende diz que:

O caso do historiador é específico, lida com fontes: rastros, pistas, vestígios deixados, voluntária ou involuntariamente, que atravessam épocas, transpõem espaços, vencem intempéries, descasos, o tempo e as muitas formas de deterioração intrínseca e extrínseca de seus suportes. Tais fontes encontram por parte do ofício do historiador e demais cientistas sociais diferentes usos, e em vários casos funções e pertencimentos que são próprios do fazer-se “prova” ou “testemunho”. Compõem uma narrativa multifacetada de pessoas, lugares, culturas, sociedades. (REZENDE, 2016.pg.144)

Levando em consideração que a pesquisa em tela foi provocada por um personagem que possui elos familiares com a pesquisadora, embora não se trate especificamente de um trabalho biográfico, consideramos entrar no campo do ego-história. Wilton Carlos Lima afirma que a biografia é muito mais que o estudo de si quando diz que:

A biografia, se considerada como relato, é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivas, individuais e sociais, em contínuo processo de negociação e releitura, que se corporificam valendo-se de relações particulares com o tempo e o espaço, não simplesmente como ações de resgate, mas de reconstrução do passado baseado em referenciais atuais. (LIMA, 2015,pg. 71)

De toda forma, a análise do passado traz a possibilidade do estudo de suas lembranças e esquecimentos. Michael Pollack (1989) afirma que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir necessariamente ao esquecimento, traz em si a possibilidade de se (re)construir os discursos históricos.

A grande possibilidade de articulação entre diversos saberes proposta pela Nova História Cultural, somadas às leituras sobre a obra de autores como Roger Chartier, provocaram na autora algumas reflexões acerca da necessidade de atentar para o que não foi escrito, mas torna-se documento no viver e agir, principalmente na construção da identidade do grupo social ao qual a autora pertence.

Neste sentido, esta pesquisa está inserida na área de concentração do estudo da História social da cultura regional, já que aborda aspectos culturais e de formação social dos descendentes de cristãos novos inseridos na realidade histórica do agreste setentrional pernambucano. Dentro da área de concentração já exposta, seguimos na linha de pesquisa Cultura, Patrimônio e Memória já que estes são recursos absolutamente necessários para análise do tema proposto. Estamos investigando a existência de resquícios da cultura judaica guardados tanto em forma de patrimônio, como é o caso da documentação material encontrada, quanto na memória de seus descendentes no interior de Pernambuco.

No sentido de construção de identidade, Chartier (1994) nos diz que é preciso entender que cada meio, assim como acontece com os livros, produz um sentido atribuído por nós, construindo uma trajetória do ato de ler. Faz-se necessário perguntar à fonte de onde o autor fala, para quem ele fala, qual sua intenção. A resposta não está objetivamente no que se lê, mas criamos uma representação dependendo desse olhar subjetivo, criado por meio de uma apropriação que é constituída na base de uma identidade social. É o estudo desta identidade social que interessa a este trabalho.

Sem considerar as estreitas relações entre história e memória é impossível estudar a história do povo judeu que em alguns momentos de sua trajetória quase se diluíram em outros povos e cuja presença é reconhecida através da análise da genealogia ou dos costumes. O que salta aos olhos na comunidade estudada é o fato de que determinados costumes judaicos intimamente ligados à higiene, alimentação e às regras de conduta são repetidos e repassados sem que haja uma vinculação religiosa que lhes assegure sentido. É com base nesta observação que se pautou nosso problema de pesquisa que consiste em: como hábitos ligados à cultura judaica chegaram e foram incorporados ao cotidiano dos habitantes da Vila de Cimbres?

Diante do problema de pesquisa apresentado, construímos como objetivo geral analisar os resquícios da presença judaica e cristã nova a partir da trajetória histórica deste povo na capitania de Pernambuco, levando em conta seus processos migratórios internos e considerando os traços permanentes desta população que, misturados aos costumes locais, sobrevivem até os dias atuais.

Os objetivos específicos são: identificar costumes mantidos pela população local da Vila de Cimbres que tenham alicerce na cultura judaica, pesquisar documentação que possua correlação com a presença cristã nova na Vila de Cimbres e analisar resquícios arqueológicos que indiquem passagem ou permanência de cristãos novos criptojudasizantes naquela região.

O referencial teórico adotado neste trabalho está dividido em três campos, sendo: 1) História dos judeus e cristãos novos em Pernambuco e história da Vila de Cimbres - Ayres (2014), Haag (2011), Mello (1975), Galvão (1908), Silva (2018), processos de inventários de famílias da Vila de Cimbres, entre outros; 2) possível presença judaica e cristã nova no interior de Pernambuco e as questões de memória - Zisman (2005), Dinur (1969), Pollak (1989), Nora (1993), Goifman (2019), Chartier (1994), denúncias do caderno do promotor.

Inquisição de Lisboa, entre outros. 3) A metodologia de pesquisa aplicada encontra suporte nos estudos de Gil (2009), Minayo (1999), Yin (2005) e Zanelli, (2002).

O trabalho está estruturado em: introdução (O problema, sua origem, importância e o processo de investigação), capítulo I (Os judeus e cristãos novos na capitania de Pernambuco - Uma história construída entre chegadas, permanências e partidas - a história dos Cristãos Novos em Pernambuco, contextos históricos da possível presença dos cristãos novos na Vila de Cimbres, análise da história e aproximações teóricas); capítulo II (Memórias do silêncio – indícios judaicos em meio aos costumes locais - análise de indícios, costumes, documentação, do contexto histórico do indivíduo Manuel Vicente d’Anunciação e de denúncias); capítulo III (Visitas técnicas e análise de resquícios arqueológicos); conclusão, fontes, referências bibliográficas e glossário.

Conforme poderá ser observado, esta é uma pesquisa inicial. A vasta e inédita documentação encontrada/analisaada permite aprofundamento, significando uma possibilidade de novos entendimentos da história no tocante à trajetória dos judeus e cristãos novos em Pernambuco.

A comprovação histórica desta origem judaica da população da Vila de Cimbres encontra alicerce na ideia das “longuíssimas continuidades culturais” (GINZBURG, 1989). A hipótese levantada aqui investiga a origem étnico-cultural por meio das reminiscências da cultura ancestral encontradas no cotidiano da atual população da localidade em questão.

CAPÍTULO I - Os judeus e cristãos novos na capitania de Pernambuco - Uma história construída entre chegadas, permanências e partidas

1.1- Capitania de Pernambuco: Um destino novo com problemas antigos

Na contramão do que um olhar superficial sobre a historiografia de Pernambuco pode levar a crer, a presença judaica nesta capitania se deu bem antes da chegada dos neerlandeses em 1630. É o que nos mostra documentações como “A Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil; Denúncias e confissões de Pernambuco 1593 – 1595” que trata da visitação de Heitor Furtado de Mendonça, chegado ao Recife em 21 de setembro de 1593 com a responsabilidade de proceder com visitações esporádicas autorizadas pelo Conselho Geral do Santo Ofício de Portugal. Vale salientar que estas visitações não representavam intenção de fundação de um tribunal local, eram visitas feitas por Comissários (membros do Clero Católico Apostólico Romano) com a participação de Familiares do Santo Ofício. Esses últimos eram pessoas fiéis ao Tribunal de Lisboa, considerados de sangue limpo por comprovarem não ter em sua ascendência (em altura de até sete gerações) pessoas acusadas de heresia, mouros ou judeus. Ao Familiar do Santo Ofício, caso fosse casado, era obrigatório que a esposa atendesse aos mesmos pré-requisitos de “pureza de sangue”. Além disso, o casal tinha suas condutas sociais investigadas. Um familiar do Santo Ofício estava a serviço dos tribunais da “Santa” Inquisição, recebia pagamento diário por seus préstimos, era isento de impostos e imune a acusações.

A Inquisição foi estabelecida em Portugal por Dom João III em 1536 e atuou por cerca de três séculos tendo como foco a vigilância da vida dos cristãos, e a punição por meios de humilhações, tortura, confisco de bens e morte contra todos que fossem considerados contrários à fé e doutrina católica. Mesmo este Tribunal não tendo se estabelecido na colônia brasileira, a engrenagem de vigilância, perseguição e punição alcançava aos seus moradores por meio das visitações.

A primeira destas visitações aconteceu no final do século XVI (1591-1595) e agiu nos territórios da Capitania de Pernambuco e da Capitania da Baía de Todos os Santos. Antecediam as visitações o chamado “Período de graça” que consistia em trinta dias durante os quais as pessoas deveriam confessar suas falhas e, principalmente, denunciar os hereges. Era prometido que, a quem assim procedesse dentro desta janela de tempo, sofreria punições mais brandas. Passada esta oportunidade, não haveria facilidades e os acusados seriam

investigados e punidos com todo o rigor do Santo Ofício. Assim que o visitador chegava, nomeava uma comissão inquisitorial, publicava um Auto-de-Fé, uma carta monitória e um termo de graça (que era o documento que oficializava o início do período de graça). Os objetivos destas visitas incluíam não apenas a perseguição aos judeus e judaizantes, como também a descoberta de práticas sexuais contra a natureza, bruxaria e ofensas à Igreja Católica.

Os judeus que professavam a fé católica, mas que observavam ritos e costumes judaicos em segredo representavam as presas mais importantes a serem perseguidas, principalmente pelo confisco dos seus bens. É possível imaginar quanto medo e quantas delações movidas por rinchas banais estas delações provocavam. Estes trinta dias, na verdade, receberiam nome mais apropriado se fosse chamado de período de trevas, em vez de período de graça.

A visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Nordeste açucareiro em fins do século XVI trouxe à tona conflitos de diversos níveis, com o estabelecimento desta visita o clima na colônia seria o da delação, conflitos sociais, acusações e interesses muitas vezes pessoais entrariam em jogo; através da inspeção acerca da conduta dos fiéis, o tribunal irá se deparar com uma realidade plural e diversa que não imaginaria; crimes contra a fé (sincretismos, práticas judaizantes) e crimes contra a moral (sodomia, práticas homossexuais), bem como uma série de heresias farão parte da investigação dos visitantes.(OLIVEIRA,2015)

Neste sentido, o Professor Alex Rogério Silva define o Santo Ofício como um tribunal que excedia os limites de tribunal de fé, tornando-se um meio de perseguição.

O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi instituído no ano de 1536, com a bula Cum Ad Nihil Magis expedida pelo papa Paulo III, só passando a funcionar definitivamente 11 anos depois, em 1547, através da bula Mediatio Cordis, com o intuito de zelar pela pureza da fé católica. A partir deste momento, é iniciada a perseguição daqueles que de alguma forma cometeram, pronunciaram ou defenderam heresias, na qual os cristãos-novos seriam suas principais vítimas. Em um segundo momento, os sodomitas, bigamos, blasfemos, luteranos e feiticeiros (em menor número), se tornaram alvos constantes por parte do Tribunal. Neste âmbito, a Inquisição ibérica atuava, ultrapassando os limites de um tribunal de fé, tornando-se um importante instrumento de repressão aos costumes do povo judeu que, convertido por meio da força, em Castela no ano de 1492 e em Portugal entre os anos de 1496 e 1497, não foi totalmente integrado à população cristã do Reino. Alguns elementos recalcitrantes a esta conversão forçada ainda continuavam na prática de sua religião ancestral às escondidas, outros mesclavam rituais judaicos e católicos. Esta prática da religião judaica pelos cristãos-novos era qualificada como heresia na medida em que, como cristãos, deveriam seguir a ortodoxia cristã – o que levava a justificar a atuação inquisitorial. (SILVA,2016.v.8)

Temos, então, segundo os dados acima, documentalmente, a constatação de que desde 1593 a capitania de Pernambuco já recebia visitas do Tribunal do Santo Ofício no tocante a, dentre outras coisas, investigações de hábitos judaizantes entre os seus moradores. Apesar

das visitas despertarem medo em muitos, elas eram especialmente amedrontadoras para os chamados cristãos-novos.

Cristãos-novos eram judeus convertidos à força ao Catolicismo. Muitos deles continuavam a praticar em segredo sua religião original, fazendo surgir um fenômeno denominado de criptojudaísmo, uma maneira encontrada pelos convertidos à força para a conservação e manutenção da fé e da religiosidade.

É bem verdade que, mesmo já havendo uma considerável presença judaica na capitania pernambucana antes da chegada dos neerlandeses, esta presença em muito foi reforçada com a vinda desses. A ocupação do nordeste brasileiro pelos neerlandeses se deu de 1630 a 1654. Neste período, em Amsterdã, as necessidades comerciais e certa abertura religiosa proporcionavam a alguns judeus a possibilidade de estabelecer-se no ramo do comércio em terras nas quais a República das Sete Províncias dos Países Baixos tivesse domínio, incluindo – claro -, a Capitania de Pernambuco.

O decreto datado de 4 de Abril de 1601 cancelava o decreto de 27 de Janeiro de 1587 que proibia os judeus portugueses de saírem de Portugal e venderem suas propriedades sem permissão. Já no começo de 1605 o Rei obteve perdão geral do Papa, válido por um ano e abrangia todos os cristãos novos e suas transgressões passadas. O preço deste ato veio mencionado na patente real de 1º de Fevereiro de 1605 e é equivalente a 1.700.000 cruzados em dinheiro, mas a condição do débito do tesouro real num montante de 225.000 cruzados pelos descendentes dos cristãos novos da Nação Hebraica em Portugal. De conformidade com as condições do acordo, os tribunais inquisitoriais portugueses puseram em liberdade 410 prisioneiros (...) Milhares de judeus portugueses e espanhóis imigraram também para a Holanda. O motivo da escolha era a maior liberdade de crença e culto ali permitido. Muitos judeus cristãos-novos e marranos brasileiros mantinham contatos pessoais e relações comerciais com os judeus de Amsterdã.¹

Em muitos casos, famílias portuguesas que haviam se dividido anteriormente com membros entre Portugal e a República das Sete Províncias dos Países Baixos (hoje Holanda), passaram a imigrar também para a Capitania de Pernambuco. Este processo se deu principalmente com indivíduos portugueses que professavam a fé judaica e que estavam na República dos Países Baixos e perceberam na ocasião da tomada da capitania de Pernambuco uma grande oportunidade de enriquecimento com o comércio do açúcar. Isso se deve ao fato de que os neerlandeses precisavam de intermediários tanto na questão linguística quanto nas práticas de produção e comércio do açúcar e outros itens a serem explorados das terras recém-conquistadas. Em troca, estes intermediários recebiam alguma liberdade de religião, porcentagens nos negócios intermediados e oportunidades.

¹ Disponível em: <http://anussim.org.br/o-movimento-judaico-portugues-durante-o-dominio-holandes-no-nordeste/>. Acesso em 07 de outubro de 2019.

No entanto, a presença desses intermediários não agradaria a todos. Em julho de 1641, um documento é enviado ao Conselho da Administração Holandesa; tratava-se de um memorial contra as atividades dos judeus assinado por sessenta e seis pessoas residentes no Recife em nome dos cristãos reformados do Brasil:

“(…) A principal razão da preferência que os judeus gozam aqui procede do fato de serem da mesma nação e da mesma língua dos moradores do país, e não chega aqui um judeu que não seja logo empregado por um senhor de engenho ou por outra pessoa, e como são atrevidos e as funções são exercidas por correligionários seus, têm logo meios de atrair os negócios para suas lojas e todo o açúcar para suas mãos, deixando aos cristãos apenas o que lhes parece somenos. Para que esta situação não persista, os judeus devem ser mantidos nos limites que lhes são fixados na metrópole, onde, embora se lhes permita viver ali e comerciar, não se lhes consente ter loja aberta ou vender retalho, como aliás, procede em outros países, onde gozam de muito menos liberdade pois são obrigados a usar chapéus vermelhos, sinais amarelos no peito e outros distintivos deste tipo, para aviso aos incautos. (MELLO, 1975, pg. 279)

Segundo João Henrique dos Santos (2002), é erro pensar que a República dos Países Baixos oferecia liberdade religiosa plena aos judeus na capitania de Pernambuco. A liberdade de consciência concedida pelos regulamentos holandeses de 1629 era restrita e permeada de editais e medidas controladoras. As autoridades religiosas calvinistas consideravam os judeus como os piores inimigos da sua fé e via nos seus ritos uma vergonha a ser combatida. Logo, foi-se determinado aos judeus “que observassem suas cerimônias dentro de suas casas fechadas tão secretamente que não fossem ouvidos e nem dessem escândalo²”. A Nassau restava o uso de ações aparentemente conciliadoras, mas nem sempre eficientes.

João Henrique fundamenta as suas considerações levando em conta as Atas da Classe Brasileira ou Sínodo do Brasil, da Igreja Católica Apostólica Reformada, que também recebia a denominação de Igreja Cristã Reformada ou Igreja Holandesa Reformada. As atas davam conta dos registros das pautas das reuniões do Presbitério da citada entidade religiosa.

Segundo o professor Frans Leonard Schalkwijk (1993.p.145 a 284), a Igreja Cristã Reformada no Brasil durante o período da dominação holandesa estava organizada sobre o trabalho de capelania dos pastores. O conselho formado por estes pastores ficou conhecido como a Classe do Brasil (chamada a partir de 1640 de *Classe Brasileira*) ou Sínodo do Brasil, com atuação de 1636 a 1648. A Classe Brasileira possuía poder deliberativo e executivo sobre assuntos que iam além da organização interna da Igreja Reformista no Brasil,

² “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas”. In : MELLO, J.A . Gonsalves. Op.cit p.283. Ver também Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Introdução e tradução. J. A . Gonsalves de Mello. Consta também nas Atas da Igreja Reformada do Brasil, datada de 5 de janeiro de 1638, encontramos protestos dos ministros sobre a excessiva liberdade dos judeus em Pernambuco.

desempenhando também papel de vigilância sobre o comportamento moral não só dos seus fiéis, mas também de católicos romanos, indivíduos em situação de escravidão e judeus. A Classe Brasileira tinha poderes de recomendar às autoridades medidas coercitivas ou punitivas para toda e qualquer situação que era considerada por seus membros como escandalosa e merecedora de censura ou punição a partir dos postulados da fé reformada de matriz calvinista.

No texto da Ata da Assembleia da Classe Brasileira de 21 de novembro de 1640 é clara em seu artigo 8º a grande animosidade existente da parte dos Cristãos velhos e dos Reformistas para com os judeus. Nos países protestantes as práticas de intolerância não eram reguladas por tribunal religioso, como aconteciam nos países católicos, e sim por um tribunal civil que poderia atender ao chamado de autoridades civis ou religiosas para deliberar sobre questões de caráter amplo. No Brasil, este tribunal foi implantado com a chegada dos holandeses, já que era um tribunal formado por autoridades religiosas reformistas e atuou no período de 1640 a 1646, recebendo o nome de Classe Brasileira. No trecho do documento abaixo, a Classe Brasileira solicita a Nassau que as restrições de liberdade ao povo judeu não sejam só religiosas, mas também civis e comerciais:

Visto se saber que os Judeus cada vez chegam em maior número a este país, atraindo a si o comércio por meio das suas astúcias; também já conseguiram a maior parte das lojas para si, e é de recear que tudo irá a pior, vergonha e prejuízo para os cristãos, escândalo para os Brasileiros e Portugueses, e enfraquecimento do nosso Estado. Além disso, a sua ousadia quanto ao espiritual se torna tão grande que não somente se reúnem publicamente no mercado aqui no Recife, apesar da proibição do Alto Governo dando assim escândalos a outros, mas ainda se preparam para construir ali uma sinagoga. Eles se casam com Cristãos, seduzem Cristãos para o sacrílego Judaísmo, circuncidam Cristãos. E, como não haja país em todo o mundo em que os Judeus não sejam limitados, que o mesmo possa acontecer neste país, e os que agem contra isso sejam punidos convenientemente. (SCHALKWUK, pg.148)

Segundo Ayres (2015, pg. 98), podemos perceber a real situação da Capitania observando que em 1649 os judeus possuíam 32 dos 78 engenhos de moagem de cana de açúcar existentes na jurisdição de Olinda, tornando-se donos de 41% dos engenhos do local. No entanto, uma frase do Frei Manuel Calado levanta a questão de que, se é verdade que muitos judeus enriqueceram na capitania de Pernambuco, também é verdade que nem todos os que vieram dispunham de boas condições financeiras, quando afirma que muitos judeus “não trazem mais que um vestidinho roto sobre si” (Calado, 1987).

Com a retirada dos neerlandeses em 1654 e a retomada do território pela capitania da América Portuguesa, era chegado o fim das perseguições aos judeus pela Classe Brasileira e retomada às perseguições do Santo Ofício e dos tribunais inquisitoriais católicos.

1.2- O agreste e sertão da capitania de Pernambuco como rota alternativa.

Até aqui, muitos estudos abordam o destino tomado pelos judeus durante e após os acontecimentos de 1654 no sentido da emigração deste povo em direção a lugares como Nova Amsterdã (onde mais tarde foi fundada a cidade de Nova York) ou o retorno a Republica dos Países Baixos, no entanto, este estudo analisa indícios que apontam para uma rota migratória dentro da própria capitania. Um das possíveis muitas rotas ainda não estudadas e capazes de explicar a presença de tantos costumes judaicos presentes em comunidades no interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e demais estado nordestino.

A rota aqui apresentada formou-se após observar-se haver elos entre denúncias feitas ao Santo Ofício que envolviam personagens da zona da mata e litoral e personagens importantes do agreste e sertão da capitania de Pernambuco, ecoando até a Paraíba, hoje estado brasileiro com grande número dos chamados “filhos dos forçados” ou Bnei Anussim, que são os descendentes dos cristãos novos.

Estudar uma sociedade como a judaica que baseia suas relações sociais na estrutura religiosa e que a partir de certo momento histórico foi obrigada a camuflar essa estrutura, tendo como única perspectiva de continuidade enquanto grupo o sucesso destas ações de disfarce e de diluição de sua cultura em outras culturas, é um grande desafio.

Para Mary Del Priori (1995) a família colonial era a base de existência dos lugarejos do interior do Brasil, na qual grupos domésticos podiam viver isolados de outras famílias graças a uma produção praticamente autossuficiente. Estas características seriam, podemos supor, portanto, muito apropriadas para os judeus ou cristãos novos que pretendessem continuar em terras da Capitania de Pernambuco.

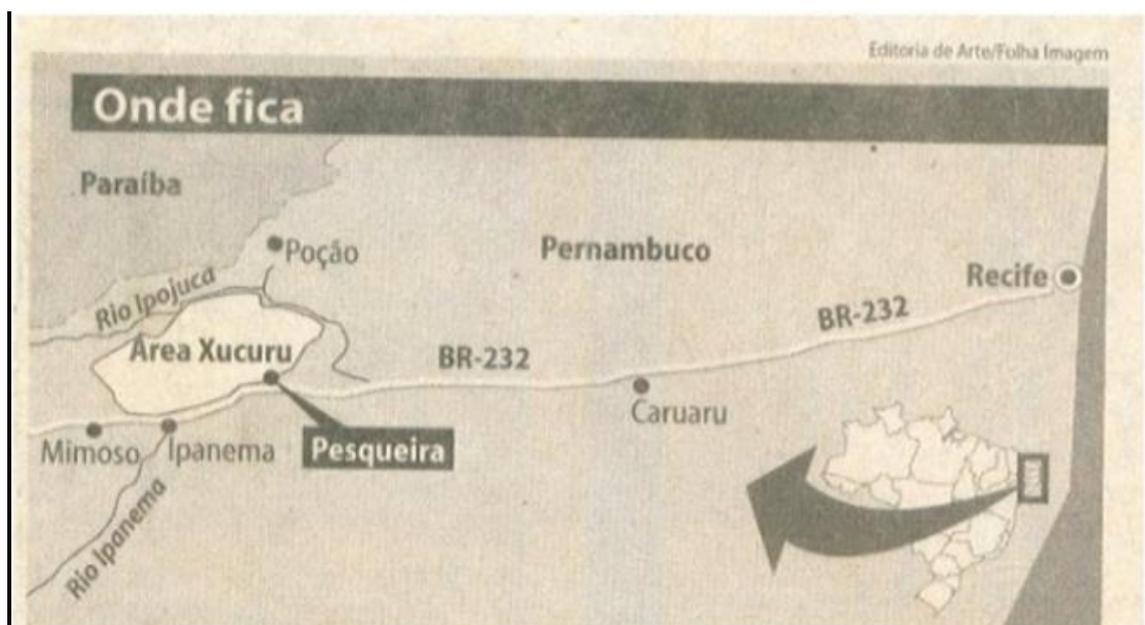
O escritor judeu Meraldo Zisman (2005) afirma que desconhecemos o número de marranos ou Cristãos-novos que desapareceram no interior brasileiro procurando lugares mais seguros de viver e onde o longo braço da inquisição não pudesse alcançá-los. Por proteção, procuraram a mestiçagem biológica e cultural. Zisman diz ainda que se compreende que com a retirada dos neerlandeses do Brasil e apagados os primeiros ressentimentos, pudessem os judeus remanescentes difundir-se pacificamente pelo território brasileiro, inclusive áreas da própria capitania de Pernambuco, reduzindo ao mínimo as aparências de sua origem judaica.

Segundo o estudioso, a segunda metade do século XVII foi um período de lenta e discreta acomodação dos judeus no Brasil. Um período sem brilho e sem quaisquer manifestações de vida coletiva judaica, mas também sem grandes abalos, sofrimentos ou dissabores.

Edson Silva (2011, p.184) esclarece que a Serra do Ororubá, onde foi fundada a Vila de Cimbres, faz parte do complexo da conhecida Serra da Borborema, que se estende pela região do Agreste, desde o Ceará até Pernambuco. De acordo com o historiador, a colonização branca na região onde hoje está situada a cidade de Pesqueira, anteriormente Vila de Cimbres, ocorreu a partir de 1654 quando o território é dado em forma de sesmaria denominada como Sesmaria do Ororubá para o considerado herói da insurreição pernambucana, João Fernandes Vieira. Em 1661, ele vende parte da sesmaria para Manoel da Fonseca Rego e outra parte para os Padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri. No mesmo ano, os Padres Oratorianos compram a parte da sesmaria pertencente a Manoel da Fonseca.

Em 1762, no local onde existia o antigo aldeamento do Ararobá, chamado de Nossa Senhora das Montanhas, e conhecido também como Monte Alegre, foi fundada, como determinava o Diretório Pombalino, na Serra do Ororubá, a Vila de Cimbres, nome de uma povoação portuguesa no Distrito de Viseu. A partir desta data e por todo o século XVIII, na documentação da Câmara de Cimbres, encontram-se frequentes registros sobre os indígenas do antigo aldeamento do Ararobá.

Mapa 01- Localização da Área Xucuru, território da antiga Vila de Cimbres.



Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, 07/04/1996, p.11.

Podemos afirmar que a região da antiga Vila de Cimbres que compreende a serra do Ororubá é um oásis na região. Nas cercanias do Vale do Ipojuca estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá. Os brejos representam pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira; possuem solos profundos, matas de serras e cursos d'água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p.176).

A aldeia do Ararobá, que deu origem à Vila de Cimbres, também conhecida como Nossa Senhora das Montanhas, foi fundada em 1669. No verbete “Cimbres”, encontrado no Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco, publicado em 1863, Manoel da Costa Honorato, escreve (...) “Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado.” (HONORATO, 1976, p.38)

Em 1874, segundo Mello (1975, p.797) um jornal do Recife tratava da Comarca de Cimbres e ressaltava as perspectivas promissoras da “Vila Pesqueira”. Mas, o cronista autor da coluna, cujo nome não foi citado por Mello, avalia que esse futuro estava ameaçado pelo “atraso” que representava o aldeamento dos índios. Por essa razão era necessário extingui-lo. O texto ressalta o valor das terras e o que os índios cultivavam: “os melhores terrenos para a agricultura estão em poder dos intitulados aldeados, gente indolente que se limita a ter um bananeiral e alguma mandioca.”

Para trazer luz a estas colocações, e antes de fazermos juízo de valor, é esclarecedora a citação de Chartier onde afirma que contextualizar o material com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto. A época, a sociedade, o ambiente social e cultural, as instituições, os campos sociais, as redes que estabelece com outros textos, as regras de uma determinada prática discursiva ou literária, as características do gênero de escrita que se inscreve no texto, são questões que permeiam o texto escrito e constroem o autor de um texto, deixando nele suas marcas (BARROS, 2004, p. 137-8).

O Historiador Edson Silva (2008) no seu artigo Povos Tradicionais, Violência e Conquista dos Direitos Étnicos Na História (ANPUH-PE, 2008) nos apresenta um trecho do Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, publicado em 1908, onde

foi destacada a produção agrícola naquele lugar (*Cimbres*) com as colheitas de milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é *futurosa* na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece”. Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com aves de diversas espécies e portes. Afora o cedro, eram encontradas outras árvores nativas com usos medicinais.

Sebastião de Vasconcellos Galvão no valoroso Dicionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco. (1908, p.182) ressalta a produção agrícola da Vila de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam engenhos. Galvão enfatizou a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando afirmou: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Chama a atenção ainda para artigos produzidos pelos índios, quando escreveu: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da serra de Ororubá”.

Maria das Graças Araújo Vieira fornece informações, embora vagas, a respeito do fenômeno do afastamento dos rebanhos de gado para o interior de Pernambuco e correlaciona com a possibilidade de acordos para o afastamento dos judaizantes da costa pernambucana. Parte significativa da bacia leiteira de Pernambuco esteve e ainda está dentro do antigo território da Vila de Cimbres.

Em princípio, parece natural o afastamento em massa dos pecuaristas da região litorânea que, por força legal, foram pressionados a recuar seu gado para não causar prejuízos ao plantio da cana-de-açúcar no litoral nordestino. Mas não conseguimos explicar a existência de dezenas ou centenas de famílias povoando regiões tão difíceis, muito antes dessa determinação governamental. Muitos dos relatos sobre mobilidade dos cristãos-novos em fuga às perseguições, levam a crer da possibilidade existencial de planos para um êxodo dentro da própria América, principalmente aos anos da expulsão dos holandeses de 1644/1645, planos que poderiam ter partido dos próprios “Conselhos” existentes na Holanda. Poderá a política de recuo do gado do litoral para o interior e a distribuição das terras em Sesmarías, de forma mais intensa no período pós invasão holandesa, serem vistas como tática para o afastamento dos judaizantes (cristãos-novos) do litoral nordestino? Poder-se-ia então supor eu existiram “acordos” no sentido de facilitar as concessões das Sesmarías em terras áridas e longínquas, como as do sertão? (VIEIRA, 2002, pg.29)

Ainda dentro desta temática da cultura pastoril, Josué de Castro afirma que “Muitos dos aventureiros que se internaram pelo sertão adentro em sua penetração pastoril foram

crístãos-novos - Judeus e Árabes - trazendo na massa do sangue ou na mentalidade de nômades inquietos muito da experiência viva dos beduínos, berberes do deserto saariano, adestrados, de há muito, na luta perene contra a escassez de água e contra a rispidez do meio natural.” As considerações do autor jogam luz sobre a origem dos saberes do povo sertanejo em lidar com as intempéries climáticas da seca.

A dispersão de crístãos novos pelo território nordestino pode ser datada como se intensificando a partir de 1654. Anitta Novinsky ao citar este fenômeno diz que:

Parte dos judeus e crístãos-novos que viviam em Pernambuco, quando foi ordenada a expulsão dos judeus holandeses, não optou pelo exílio, e vamos encontrar seus descendentes, ainda praticando o judaísmo, nos sertões da Paraíba, do Piauí, do Ceará e do Rio Grande do Norte. (NOVINSKY ,2006, p. 156)

Dito isto, podemos concluir que Cimbres possuía consideráveis vantagens como opção de refúgio e possibilidade de recomeço/continuidade para os judeus/crístãos-novos que desejassem prosseguir em Pernambuco. No mapa abaixo, podemos observamos o território de Cimbres à altura do século XVII.

A Vila de Cimbres, no ano de 1836, passou a fazer parte do território da cidade de Pesqueira, sendo considerada como distrito desta. Pesqueira é uma cidade que está situada na Costa Ocidental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, e possui uma altitude que varia entre 650 e 1000m. Seu relevo geralmente apresenta vales profundos e estreitos dissecados, mas que, apesar de tudo, em nada interfere na qualidade e na fertilidade do solo pesqueirense.

Pesqueira vem ser banhada pelos Rios Ipojuca e Ipanema, os quais possuem um curso intermitente d'água, que somados à grande quantidade de brejos de altitudes situados nessa localidade, atribui a este município o título da terra “que tudo dá”. Marcada historicamente por inúmeros conflitos agrários, os quais ocorreram em diversos momentos históricos, de que se tem registro desde o final do século XVII até os dias atuais, o município de Pesqueira também traz em sua história uma grande quantidade de histórias não contadas, de histórias silenciadas pelo tempo ou pelos sujeitos históricos, as quais certamente estão guardadas nos solos, em forma de vestígios de cultura material.

1.3- Remanescentes – Denúncias, blasfêmias e novas comunidades de descendentes de cristãos novos criptojudaizantes no agreste pernambucano.

A Revista National Geographic Brasil (11/2017) publicou artigo com o título O Retorno do Nordeste Brasileiro ao Judaísmo - Séculos depois da Inquisição e da conversão forçada dos cristãos-novos, nordestinos buscam suas raízes judaicas. No texto, o jornalista Felipe Goifman narra o processo de retorno ao judaísmo de famílias da cidade de Belo Jardim, agreste de Pernambuco, cidade fronteira a oeste com a cidade de Pesqueira e, anteriormente, parte integrante do território da capitania do Ororubá, sediada na Vila de Cimbres.

Eliahu Ben Avraham acaricia o rosto do filho Yochanan, que, sentado ao lado da irmã Hanna e da mãe, Jucy, entoava as palavras do Vaichulu, uma das principais rezas do Shabat. Antes de ser integrado à comunidade judaica de Belo Jardim, uma pequena cidade do agreste pernambucano, Eliahu era até então Ernesto Gomes Neto. Com o rosto enrubescido de emoção e corado pelo vinho das últimas orações, ele me fala da honra de dar a si e aos seus filhos nomes hebraicos e de retornar à religião dos antepassados. A família de Avraham descende de cristãos-novos portugueses e brasileiros que lutam hoje para retornar ao judaísmo. Ao lado de outras cinco ou seis famílias na mesma condição, eles improvisam uma pequena sinagoga na sala de um sítio em Serra dos Ventos, distrito de Belo Jardim. ⁴ (National Geographic Brasil, 11/2017)

⁴ Disponível em :<http://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2017/11/o-retorno-do-nordeste-brasileiro-ao-judaismo>

Interessante notar que, segundo o relato acima, tanto o entrevistado Eliahu Ben Avraham quanto as demais cinco famílias da sua comunidade identificam-se como descendentes de cristãos-novos de origem portuguesa ou brasileira. Vendo-se como tal e tentando resgatar um judaísmo que, talvez, tenha havido em algum momento na história passada de suas famílias, esses indivíduos reforçam a importância de um estudo aprofundado sobre a trajetória dos cristãos-novos no agreste e sertão de Pernambuco, sobre a história que ainda não foi contada e sobre estes ecos que parecem ter atravessado gerações e chegado até nossos dias. Estes ecos procedem principalmente, segundo apresentado no estudo publicado por Felipe Goifman, de famílias que alegam ter origens no antigo Brejo da Madre de Deus, Vila de Cimbres e cidades da Paraíba. O que chama atenção é que todo este território citado pelo jornalista está intrinsecamente ligado a genealogia da Antiga Vila de Cimbres.

Na tentativa de colaborar para o estudo da possível trajetória dos cristãos-novos no interior de Pernambuco, propomos, inicialmente, um diálogo entre algumas denúncias que, como documentação material, podem ajudar a jogar luz sobre a questão.

Sendo assim, apresentamos dois documentos que juntos nos informam que em 1716 havia uma Branca Dias, moradora de Itamaracá, cuja família sofria denúncias por judaísmo. Informa-nos ainda sobre um Capitão Marcos Castro, morador da Paraíba, acusado de fazer Sinagoga em sua casa e que, nos mesmos sertões, desta vez na Vila de Cimbres, o Capitão-Mor do Ararobá João de Oliveira Neves era denunciado por heresia.

Analisaremos primeiro a denúncia contra Brás Dias⁵.

Jorge Roiz da Silva, natural do Rio de São Francisco e morador da Freguezia da Muribeca no lugar chamado Mengonga, homem casado que vive de suas rezes e de ir ao sertão tratar de alguma cabeça de gado que lá tem, veio denunciar que estando no sertão no lugar chamado Mazanga distrito de piranhas deste Bispado de Pernambuco, ouvira dizer a um homem que a casa do Capitão Marcos Castro, morador na Paraíba que tem fazenda de gado no sertão, tem uma sinagoga. E também denunciou que ouvira dizer a outras pessoas que Brás Dias cirurgião morador de Goiana disputava e defendia que não seria possível que a virgem Nossa Senhora concebesse e parisse sendo virgem, mas que ele não lembra por ser já há tempos o que ouvira o que o dito disse e assinou comigo. Congregação do Oratório de Pernambuco. 18 de Agosto de 1716. Frei Bartolomeu de Pilar, qualificador.

(Transcrição: Ana Lígia Lira/ Sandro Vasconcelos.03/2019)

A denúncia acima tem duas vítimas diferentes: o Capitão Marcos Castro, acusado de fazer sinagoga em sua casa, e o Cirurgião Brás Dias, acusado de heresia. Em outra denúncia,

⁵ Fonte: IAN/TT, Inquisição de Lisboa, Livro 277, Caderno do Promotor 84, fl167. Transcrição Paleográfica feita por Sandro Vasconcelos (Mestre em história pela UFRPE) e Ana Lígia Lira.

desta vez feita por Manoel Coelho dos Reis cuja vítima era Antônio Tavares, Brás Dias também é novamente citado, tal qual é citada toda a sua família, e denunciado como sendo neto de Branca Dias de Itamaracá, praticantes de judaísmo.⁶ Analisando os registros do Santo Ofício, podemos perceber que nem toda denuncia a respeito de heresia estava fundamentada em judaísmo, porém o limiar era muito tênue entre uma temática e outra.

O catecismo Romano da Igreja Católica Apostólica Romana é o documento oficial que, desde a sua publicação em 1566 até os dias de hoje, define o conceito de Heresia no seu artigo 2089 como sendo:

a incredulidade é a negligência da verdade revelada ou a recusa voluntária de lhe dar o próprio assentimento. Chama-se heresia a negação pertinaz, após a recepção do Batismo, de qualquer verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou a dúvida pertinaz a respeito dessa verdade; apostasia, o repúdio total da fé cristã; cisma, a recusa de sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja a ele sujeitos.

Outra definição que merece conhecimento é a de Bluteau (1713):

HEREGE. O que defende proposições hereticas ; o que segue alguma doutrina condenada da Igreja. (BLUTEAU, 1713, V.4, pg.56.)

Dado o fato do Catecismo da Igreja Católica e suas normas permearem todo o período citado neste estudo e ter sido a Santa Inquisição uma atividade da Igreja Católica, optou-se pelo uso do conceito nele descrito para heresia. É interessante notar que a definição diz que “chama-se heresia a negação pertinaz, após a recepção do Batismo”. Em um primeiro momento, levanta-se a questão de: Então por que a perseguição aos judeus se esses não seriam membros batizados da Igreja Católica? O Professor Robert Rowland diz que:

Qualquer discussão sobre o papel desempenhado pelos judeus na construção do Novo Mundo passa pelo esclarecimento de uma espinhosa questão prévia: a dos critérios segundo os quais, e em que sentido, determinado indivíduo poderá ser considerado como judeu. Quer no caso dos judeus da Europa central e oriental, quer no daqueles judeus de origem ibérica que, antes de abandonarem a Europa, ou após a sua chegada à América, pertenciam a uma comunidade judaica (fosse ela oficialmente reconhecida ou apenas tacitamente tolerada), a resposta é bastante evidente. Mas o caso dos “cristãos-novos” espanhóis e portugueses é diferente. Oficialmente, já não havia judeus na Espanha ou Portugal, ou nos respectivos impérios, desde finais do século XV, quando apenas foram autorizados a permanecer os que tivessem se convertido – voluntariamente ou não – ao catolicismo, bem como os seus descendentes católicos. Visto serem todos nominalmente católicos, estavam sob a jurisdição da Inquisição, sujeitos a procedimento penal se fossem acusados de quaisquer atos ou palavras que pudessem levantar suspeitas quanto à sinceridade de sua fé católica. (ROWLAND, 2010,pg.172)

⁶ IAN/TT, Caderno do Promotor 108, fl260 a 262.

As considerações do Professor Robert Rowland (2010) expostas no artigo -Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição - aqui citado, serviram inclusive como aporte para a escolha do uso da nomenclatura “cristãos-novos”, neste trabalho, e não “judeus” já que, oficialmente, não havia mais judeus na Espanha ou Portugal desde o final do século XV devido às conversões forçadas ou espontâneas, verdadeiras ou superficiais.

A denúncia contra Bráz Dias era gravíssima. De forma intrigante, no ano seguinte - 1717 - o Capitão do Ararobá, João de Oliveira Neves, sofreria acusação do mesmo teor e proveniente também de um morador do lugar chamado Muribeca, no Bispado de Pernambuco⁷. Ambos, Bráz Dias e o Capitão Oliveira Neves, são acusados de heresia por falar contra a virgindade de Maria e alegar que Jesus havia sido concebido por obra de varão.

Denúncia contra o Capitão João de Oliveira Neves

Cosme Dias de Oliveira, homem casado, ourives de prata, morador na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão deste Bispado de Pernambuco, natural da freguesia da Muribeca do mesmo Bispado, veio denunciar que em novembro passado de 1716 ouviu dizer ao capitão Major das Entradas Manoel Gonçalves Sá morador do Ararobá, sítio chamado da Cruz deste Bispado que o Capitão-mor do dito Ararobá João de Oliveira Neves dizia e defendia com argumentos que a virgem Nossa Senhora concebeu por obra de varão achando-se presente na mesma ocasião com ele o denunciante Felipe Caminha, homem solteiro, morador do termo do Ororubá no sítio da Cruz que trata dos gados e também lhe disse o dito Manoel Gonçalves que Manoel Gomes serviu de Juiz no Termo do Ararobá onde é morador, sabia do mesmo, e depois mais que havia (?) público, que o dito Capitão-Mor João de Oliveira Neves era irmão de um homem que foi penitenciado pelo santo ofício e que Estava na Bahia quando o dito irmão foi penitenciado e da Bahia se veio retirado para Os sertões e veio ultimamente residir no dito Ararobá onde é morador. E sem do lhe dito este seu depoimento disse que estava escrito na curadoria e que a todo o tempo que fosse perguntado estava pronto para dizer o mesmo. Congregação do Oratório da Villa Do Recife de Pernambuco. 2 de julho de 1717. Frei Bartolomeu de Pilar, qualificador e vice-comissário.

Despacho 1 (acima)

Denúnciação contra o capitão-mor do Ararobá João de Oliveira Neves por Defender que a Virgem N. Sra Concebeu por obra de Varão.

Despacho 2.

O réu João Oliveira Neves.

(Transcrição: Ana Lígia Lira/ Sandro Vasconcelos.03/2019)

Até aqui, os dados nos dizem que Bráz Dias é denunciado pela mesma heresia que o Capitão do Ararobá, as denúncias partem de moradores do mesmo povoado e, junto a eles, é denunciado o Capitão Marcos Castro Rocha por fazer Sinagoga na sua casa. A grande questão

⁷ Denúncia contra o Capitão de Ararobá João de Oliveira Neves. Fonte: IAN/TT, Caderno do Promotor 86, fl240. Transcrição paleográfica feita por Sandro Vasconcelos (Mestre em História pela UFRPE) e Ana Lígia Lira.

é se Marcos Castro de alguma forma pertencia ao ciclo de convívio de Bráz e do Capitão do Ororubá e se a casa na qual se fazia sinagoga pertencia ou estava próxima ao território de Cimbres. Segundo a plataforma SILB⁸, em 1713, Marcos Castro faz uma petição de terras especificadas como a seguinte sesmaria:

A sesmaria localizava-se no rio Paraíba, pela parte do sul até o rio Capibaribe. (...) O suplicante recebeu três concessões. A primeira em 1713 (PB 0110), a segunda em 1720 (PB 0173) e a terceira em 1731 (PB 0223). * Na carta PB 0223, o suplicante foi mencionado ocupando o cargo de tenente. * Na carta PB 0278, de 1740, o suplicante foi mencionado ocupando o cargo de capitão. * Na carta PB 0173, consta a informação que Marcos de Castro da Rocha era pai de Joao Tavares de Castro Rocha.

Especificações semelhantes são citadas em uma petição de 25 de janeiro de 1708 (Sesmaria, p.18) - portanto cinco anos anterior à petição de Marcos Castro - que trata de Sesmarias de umas terras entre os Rios Capibaribe e Paraíba no sertão cedidas ao Tenente Coronel Manoel Fonseca e outras pessoas. Dentre a lista de outras pessoas está Joaquim de Oliveira Neves, apontado por Nelson Barbalho (1983, pg.19) como pai do Capitão de Ararobá, João Oliveira Neves.

Ao menos de 1691 a 1721, João de Oliveira Neves respondeu pelo cargo de Capitão-Mor de Ararobá⁹, o que significa que quando a sesmaria é concedida tanto a Joaquim de Oliveira Neves (seu suposto pai) quanto a Marcos de Castro, João de Oliveira desempenha papel de relevância e influência regional.

Não esqueçamos que o título que esses homens recebiam ao cruzar o Atlântico, para exercer a governança, era de governador e capitão-mor. Para Rodrigo Ricupero, em Formação da Elite Colonial (2009), ambas as atribuições eram essenciais e indissociáveis. O “título de capitão-mor dava ao representante do poder real o comando supremo das atividades militares de conquista e defesa do território, frente às várias ameaças à soberania portuguesa”. Já o posto de governador, “conferia o exercício das funções civis, ou em outras palavras, a administração num sentido formal”. (RICUPERO, 2009, pg. 135)

É real a possibilidade de que as duas sesmarias citadas fossem próximas e, se assim fosse, é possível, dados os indícios já expostos, haver uma relação de poder, amizade, parentesco ou fé entre os dois denunciados.

1.4- Cristãos-novos e cristãos-novos criptojudaisantes. Uma diferenciação necessária.

É preciso levar em consideração o fato de que a história de parte dos cristãos novos em Pernambuco é permeada pelo criptojudaísmo. Sônia Aparecida Siqueira (1972, pg. 400) fornece algumas considerações sobre o tema onde apresenta mais uma nomenclatura que seria

⁸ Disponível em : <http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PB%200110%20> Acesso em 14/01/2019

⁹ Disponível em: <http://consorcioconiape.pe.gov.br/?portfolio=pesqueira> Acesso em 14/01/2019

cripto-judeu. No entanto, neste trabalho, optamos por, mesmo considerando as razões expostas pela estudiosa, continuar com o uso do termo “cristão-novo”. Baseamos nossa opção no fato de que todo cripto-judeu era um cristão-novo, mesmo que, segundo exposto por Sônia Aparecida, nem todo cristão-novo fosse um cripto-judeu.

Cristão-nôvo e cripto-judeu não são sinônimos. O nascimento gera o primeiro, a vontade o segundo. O cristão-nôvo esforçava-se por ser igual aos demais: tentava vencer as barreiras do meio e do seu íntimo e ajustar-se. O cripto-judeu contentava-se em parecer igual aos demais, reservava-se o direito de continuar sendo judeu, de permanecer, às vezes, heroicamente fiel a si mesmo, e à religião herdada. Por isso tinha duas religiões: uma externa, social, outra a religião da sua consciência, interior, feita de práticas secretas. Odiava a sociedade que o compelia a uma vida de simulações, que lhe tolhia a liberdade de crença, mas guardava certa atitude precavida, cômico de ser o lado mais débil. Cristão-nôvo e cripto: elementos desigualmente marginalizados na sociedade do barrôco. (SIQUEIRA, 1972, pg. 400)

Sônia Aparecida Siqueira, ainda nos fala sobre o criptojudáismo, a natureza dos conflitos que ele supostamente gerava e cita a questão do migracionismo daqueles que o praticavam.

O cripto-judaísmo exacerbava a inquietação reinante, primordialmente, porque falseava o cristão-novismo. Quais os conversos que se conservavam judeus? Rompiam êles, às ocultas, isto sabiam-no bem os cristãos-velhos, a unidade espiritual do Catolicismo e do Império Português. Irritavam aos céus, atraindo com suas heresias a cólera divina, que acabaria se abatendo sobre tôda a população. Espicaçavam, êsses judeus disfarçados, a consciência de homens zelosos de suas crenças. Porque se deslocavam com extrema facilidade, num migracionismo forçado ou não, eram sempre adventícios em qualquer meio social. (SIQUEIRA, 1972, pg. 400)

James Ross (2000,pg.4), no livro *Travels Through the Jewish Diaspora. New York*, obra que apresenta suas investigações a respeito da diáspora sefardita, levanta a questão de que, mediante todas as adequações e concessões que os criptojudéus foram forçados a desenvolver para viver em segredo sua fé, tenha se originado algumas novas variantes do judaísmo. Segundo ele: “a emergência de novas seitas judias – grupos que separados das formas dominantes do Judaísmo ainda permanecem judeus – tem contribuído para a continuada reinvenção do Judaísmo através também dos tempos.” O autor nos fala do surgimento de grupos judaicos que, forçadamente, desenvolveram formas adaptadas de exercer sua fé. Formas estas que podem divergir das práticas ortodoxas ou tradicionais devido às concessões necessárias. No entanto, ainda sim, estes grupos são grupos que pertencem ao contexto da história judaica.

Possivelmente, este esforço em manter-se em grupos ou comunidades, mesmo que pequenas e secretas, pode ter constituído elos que preservaram os indícios de que em determinada localidade havia acontecido a presença judaica e indiciar a existência de seus descendentes.

Na impossibilidade de transmitir ensinamentos claros, muitos destes saberes podem ter seguido por gerações em forma de histórias conhecidas como “Histórias de Trancoso”, nas quais representações do imaginário faziam a ponte entre o que precisava ser ensinado, mas não podia ser dito.

A este respeito, Sandra Pesavento (2004) nos diz que a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Muitas vezes, entre história e ficção, a distinção não parece e nem pretende ser clara, às vezes a história cultural se apresenta com representações místicas, literárias, metafóricas. A ficção “é um discurso que informa o real, mas não pretende representá-lo, nem se abordar nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é. Neste sentido, o real é ao mesmo tempo objeto e fiador do discurso da história. (CHARTIER, 2009, págs. 24-25).

Para nosso estudo, o livro de Goifman traz apontamentos importantes e citações enriquecedoras como a opinião da Professora Tânia Kaufman a respeito dos costumes:

A genealogia foi se desenvolvendo junto com os estudos demográficos. A medida que é feito o intercâmbio entre a demografia e a genealogia, a revisão da historiografia Brasileira é contundente. Uma tradição quando ela vem sendo seguida sucessivamente nas gerações, principalmente em lugares mais isolados, não recebe elementos inovadores para modificá-la. Então ela persiste ainda que perca um pouco de sua característica essencial. (GOIFMAN, 2017, pg.9)

A população remanescente da Vila de Cimbres se mantém em relativo estado de afastamento das metamorfoses da cidade grande. Seus moradores vivem da agricultura e pequenas criações de gado bovino. Em grande parte, permanecem em propriedades oriundas de seus antepassados e praticam casamentos intrafamiliares. Sendo assim, as palavras de Tânia Kaufman encontram eco na comunidade estudada.

É interessante notar o estranhamento que os moradores da Vila de Cimbres expressam quando confrontados do porquê de determinada ação. Podemos exemplificar dizendo que para os cimbrenses é tão comum jogar fora as águas dos “potes” quando falece alguém da família,

que eles não sabem dizer de onde veio este costume e não percebem que em outras sociedades não se procede assim. Sandra Pesavento fornece aporte sobre a questão:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2003, p. 39)

Segundo Pierre Nora, lugares de memória pressupõem a demarcação (material ou imaterial) da visibilidade e legitimidade simbólica do grupo. Está muito ligado a questão dos rituais e, porque não dizer, às memórias afetivas. É importantíssima para reforçar no indivíduo a questão do pertencimento. Márcia Conceição da Massena Árevalo, diz que:

O apelo que nossa sociedade faz de preservação de sua memória é, em última instância, a necessidade de reconstituição de si mesma, encarada como algo formado do passado para o presente, por isso, preservar vestígios, trilhas, fósseis, etc.¹⁰ A sociedade precisa da história como instrumento para encontrar um significado que não lhe é mais inteligível. Foucault apontava que, a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá um dia – sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. (Árevalo, 2004, pg.5)

Sendo assim, o processo de guarda destas tradições, mesmo que de forma silenciosa, poderia significar uma tentativa de guarda das próprias origens e da própria história; fragmentos, indícios de pertencimento a um povo e a um lugar que não é somente aquele em meio ao qual hoje se vive.

Pierre Nora (1993) aponta ainda para a necessidade de ritualização da memória. Podemos citar de forma muito simples festas de aniversários, comemorações religiosas e tradições familiares como atos ritualísticos. O pesquisador indica que pensemos na função que o ritual exerce nas sociedades e como eles são importantes para que cada indivíduo desenvolva e fortifique esta sensação de pertencimento. Podemos entender então que o enfraquecimento destes rituais pode ocasionar o esfacelamento da memória e em grandes prejuízos para o grupo como um todo.

Na cultura judaica, tradição e religião se refletem no modo de ser e viver. Sua sociedade é fundamentada em conceitos religiosos e culturais. Há duas formas aceitas para

¹⁰ Alguns teóricos pós-modernos observam o "desejo de passado" da sociedade contemporânea como o abandono da necessidade latente do "novo", que consideram uma característica moderna. Como exemplo, ver GUMBRECHT, Hans Ulrich. Modernização dos sentidos. São Paulo: Editora 34, 1998. No entanto, Nora acredita que a sociedade contemporânea não abandona a questão, somente a reformula, e o faz através das novas tecnologias e dos meios de comunicação em massa.

que alguém seja reconhecido como judeu: a genealógica e a religiosa (costumes). Algumas vezes o sobrenome do indivíduo indica sua descendência judaica, o que nos remete às questões genealógicas, mas em casos como o abraçado neste estudo é preciso seguir a trilha dos costumes. No nosso estudo, as tradições, os processos de guarda da memória tornam-se peças-chave e documentais. A respeito desta característica de “guarda” de herança cultural, nos fala Câmara Cascudo: “nota-se que o passado imemorial não desapareceu de todo, e deparamos as sombras milenárias nos gestos diários e às vezes no mecanismo do raciocínio, para a soma surpreendente de soluções psicológicas”. (CASCUDO,1983. p.27).

Obviamente este estudo não ambiciona encontrar entre os atuais moradores da Vila de Cimbres rituais de judaísmo claros e estruturados já que é preciso levar em consideração o fato de que estes indivíduos, caso descendam de cristãos novos, pertencem a uma comunidade que atravessou ao menos dois séculos sem o auxílio de um Rabino, sem o acesso a livros judaicos ou outros meios que pudessem reforçar as tradições. Tudo que eles possuem está escondido nas entrelinhas de suas vidas e de seus costumes.

CAPITULO II - Memórias do silêncio – indícios judaicos em meio aos costumes locais

2.1- A Estrela Oculta do Sertão e a investigação dos rastros

O Documentário A Estrela oculta do Sertão¹¹ (2005), uma produção de Luize Valente e Elaine Eiger, vencedor do Prêmio de Melhor Documentário no Festival de Cinema Judaico de São Paulo em 2005, tem como tema central as práticas judaicas mantidas por algumas famílias nordestinas, principalmente interioranas. É, atualmente, a obra cinematográfica recente que mais dialoga com o conteúdo desta pesquisa.

Ao longo de pouco mais de duas horas e quarenta minutos, as autoras apresentam depoimentos da historiadora Anita Novinsky, do genealogista Paulo Valadares, do antropólogo do Collège de France, Nathan Wachtel. Estes depoimentos buscam dar aporte para as histórias de alguns personagens de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, pertencentes a diversas classes econômicas, cujo elo em comum é uma possível ascendência cristã nova, a julgar pelos costumes que ainda preservam.

Destaca-se, dentre os personagens do documentário, o médico Luciano Canuto, que após encontrar entre os bens ancestrais de sua família um oratório cristão contendo a inscrição da letra hebraica Shin, parte em busca de repostas que contextualizem a presença daquela peça com inscrição tão peculiar em uma família do sertão do Seridó Paraibano. Luciano Canuto inicia sua investigação dentro dos contextos dos costumes e da genealogia, fazendo intensa pesquisa em ambas as áreas, o que o leva a conversar com Rabinos em São Paulo na tentativa de descobrir os caminhos coerentes para um possível retorno a fé que, fundamentado em suas pesquisas, seria a dos seus antepassados.

Chama atenção ainda no documentário o núcleo familiar chefiado por João Medeiros e Marlene, localizado no Rio Grande do Norte, e cujas práticas judaicas marranas vêm sendo desenvolvidas desde 1972. João e Marlene se identificam como sendo a primeira família nordestina a se autorreconhecer como descendente de cristãos novos na história do tempo presente. João Medeiros, em uma das suas falas, expressa uma questão delicada que é o fato de alguns judeus considerarem a possibilidade de determinada pessoa ser ou não marrana mediante a avaliação rígida dos costumes.

“Alguém querer checar se o outro é marrano checando se ele tem os mesmos costumes que ele, isso não procede. Veja que estivemos séculos debaixo de uma

¹¹ Filme a Estrela Oculta do Sertão. De Luize Valente e Elaine Eiger. Brasil, 2005. (169 min.) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gM53ECPiMkg> Acesso em: 08 de Outubro de 2019.

perseguição metódica, sistemática, intensiva e constante, então não foi possível guardar tudo. Não foi possível dissimular para ser transmitido tudo. Alguma coisa foi conservada, alguma coisa foi preservada por uma família e por outras se perdeu, e vice-versa.”¹²

Diante da fala do Senhor João Medeiros, podemos considerar que classificar teoricamente os elementos culturais herdados dos cristãos-novos judaizantes de um passado distante não é tarefa fácil, neste sentido, Neide Miele, esclarece:

Na formação do Brasil colonial, traços católicos, judaicos, indígenas e africanos misturaram-se tecendo uma religiosidade sincrética. Todavia, não se trata de um vaso quebrado, cuja forma original se desconhece. Embora em migalhas, é possível reconstituir o “vaso quebrado”. Esta é a proposta metodológica do historiador italiano Carlo Ginzburg quando define o paradigma indicário. Com grande sensibilidade e perspicácia, Ginzburg enxerga nas sutilezas, nos detalhes, nos fragmentos e nos pequenos indícios os fundamentos das conexões, das explicações, das comprovações. (MIELE, (2008, p.550)

Mas não é só isso, o escritor Meraldo Zisman (2005) aponta mais uma questão que mostra porque é tão difícil a identificação destes traços culturais, segundo ele no início do século XIX, a independência e o advento do liberalismo foram acontecimentos que muito influenciaram a extinção da tradição judaica no Brasil, seja pela assimilação da vida comum, seja pelo desejo de passar a não ser discriminado.

Seria preciso um estudo mais denso do que o presente para avaliar se os argumentos de Meraldo Zisman se aplicam à realidade de Cimbres em algum aspecto, dada a condição, como já foi dito, daquela comunidade possuir características de relativo isolamento já que esta condição preservou muito do que parece ter sido passado de geração para geração. De toda forma, cabe discussão quando o autor coloca as questões de assimilação como fator de extinção da tradição judaica. No caso dos cristãos novos, nos parece coerente considerar que não havia possibilidades diferentes da assimilação e que, mesmo diante dela, alguns costumes e indícios resistiram.

Dentro desta perspectiva do que identifica um povo como judeu ou não judeu, Silvaniza Ferrer (2010) sugere os elementos da singularidade e a continuidade do povo judeu em cinco aspectos bem definidos: a) característica étnica – proibição de uniões com outros povos; b) característica religiosa – há somente um único Deus; c) característica social – o povo forma uma espécie de “congregação” - vivem num lugar, mas possuem uma fé comum, crenças comuns, estilo de vida, desejos, ideias e aspirações; d) característica territorial – a terra de Israel para o povo judeu tinha dois sentidos: primeiro, ela era destinada ao povo judeu

¹² Filme a Estrela Oculta do Sertão. De Luize Valente e Elaine Eiger. Brasil, 2005.(169 min.) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gM53ECPiMkg> Acesso em: 08 de Outubro de 2019.

por Deus - era dever do povo colonizá-la, desenvolvê-la e lutar pela lei judaica e pela sua liberdade – e também a terra era santificada; e) característica linguística – Embora o hebraico não tenha se tornado uma língua oficial, ela permaneceu entre o povo judeu através dos escritos religiosos, da lei de Deus e das Cortes, da Torá, literatura e ciência. Ela era também o meio de conversação entre judeus de países diferentes.

No entanto, Luís da Câmara Cascudo nos adverte que enumerar uma sequência de itens e tomá-lo como elementos decisivos para a coesão de uma civilização é uma tarefa perigosa quando afirma que “não existe uma teoria, doutrina, sistema prestigiado por autoridade magistral que não possua margem de exceções e essas poderiam anteriormente ter constituído a regra geral formadora.” (CASCUDO, 1983 p.53). Neste sentido, podemos entender que uma análise dos relatos bíblicos, por exemplo, nos mostra que em diversos momentos da história este povo não foi coeso, influenciando e sendo influenciado por outros povos e outras culturas, o que poderia em tese, comprometer a presença ou clareza dos elementos que determinariam a presença judaica.

Depois que foram feitas essas coisas, os líderes vieram dizer-me: "O povo de Israel, inclusive os sacerdotes e os levitas, não se mantiveram separados dos povos vizinhos e de suas práticas repugnantes, como as dos cananeus, dos hititas, dos ferezeus, dos jebuseus, dos amonitas, dos moabitas, dos egípcios e dos amorreus.

Eles e seus filhos se casaram com mulheres daqueles povos e com eles misturaram a descendência santa. E os líderes e os oficiais estão à frente nessa atitude infiel!" (Bíblia, Livro de Esdras, Capítulo 9. Versículos 1, 2)

No documentário citado, há ainda relatos que abordam as tradições ligadas ao luto e a higiene observados pelas documentaristas nas comunidades visitadas e que ecoam nas tradições da cultura judaica.

Há costumes que foram observados nas comunidades mostradas do documentário de Luise Valente e que em muito se assemelham aos praticados pelos moradores da Vila de Cimbres. Um deles é o de colocar pedras em cima de túmulos como sinal de que o túmulo é visitado.

2.2- A comida Kasher e a culinária Cimbrense

Um costume observado na Vila de Cimbres e que desperta curiosidade é o uso de uma panela exclusiva para ferver o leite. Este cuidado é rotineiro e respeitado entre as famílias cimbrenses, no entanto incompreensível se não analisado pela ótica das Leis Judaicas que abominam que o leite seja misturado com a carne, mesmo que este “misturar” seja usar o

mesmo recipiente para preparar um ou outro alimento e em ocasiões diferentes. Segundo Marta Topel:

No que diz respeito à comida, ela pode ser considerada não *kasher* (não pura) por diferentes motivos, que incluem desde as espécies envolvidas (como por exemplo, a proibição do consumo de carne suína) à forma com que o alimento é processado (a mistura de leite e carne ou o abatimento de modo impróprio do animal consumido, principalmente, no que diz respeito à interdição em ingerir sangue animal), ou questões relativas ao tempo (como a ingestão de alimentos cozinhados no sábado). (Topel, 2003, pg.57):

Hábitos alimentares tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, inclusive da antropologia, e se prestam para ajudar a elucidar importantes questões históricas. A comida pode ser considerada como uma construção cultural, ferramenta de identificação de relações e pertencas grupais indo muito além de suprir necessidades orgânicas vitais. Marta Topel diz ainda que:

Assim, a comida é uma construção cultural consumida por indivíduos; e o ato de comer envolve a escolha do sujeito em relação a um grupo específico. É nesse sentido que as comidas étnicas oferecem um rico jogo de metáforas através das quais se expressam as relações dos sujeitos com um grupo particular (Topel, 2003, pg.58).

É comum entre a população da Vila de Cimbres o consumo da carne chamada “carne de sol”. Diferente do processo de feitura da charque, que deu origem à indústria saladeiril no estado do Rio Grande do Sul, a carne de sol consumida no interior do nordeste é mais fresca, porém passa por processo de salgamento e de total retirada do sangue. Esta carne é usada como “mistura” para o almoço, consumida com farinha de mandioca ou ainda com pão.

O xerém é uma comida de origem portuguesa que consiste em uma papa feita de milho. Na ocasião em que se come o xerém, o acompanhamento é leite e queijo. A panela que se prepara o xerém (que na região é cozido com leite) é, geralmente, uma panela separada e usada somente para este fim. Já na capital pernambucana, onde era de se esperar uma maior permanência das tradições judaicas dado o grande número de praticantes da religião e os demais movimentos migratórios no decorrer da história que trouxeram para o Recife outros judeus, tem-se o hábito de deixar a carne de sol descansando no leite, para aliviar o sal e amolecer a fibra. O pesquisador Ben Abram afirma,

[...] os marranos, não podendo abater o gado conforme o ritual; cortavam tiras da carne de boi, de preferência da parte de cima, deixando-as bastante salgadas no sol, para que, desta maneira, ficassem isentas de sangue. (ABRAM, 1991. p. 137)

Atribuir sentimento de repulsa ao preparo da carne com leite pode ser um resquício das leis judaicas de proibição de mistura destes dois alimentos. Marta Topel explica a significância das leis judaicas referentes à alimentação quando do que:

O que distingue as leis alimentares judaicas é formar parte de um sistema simbólico-ritual que constrói o mundo cotidiano dos atores sociais, em marcada oposição aos costumes e leis que em outras culturas regem os jejuns e as comidas prescritos para celebrações extraordinárias, ainda assim podemos afirmar que de forma similar a estes, as leis alimentares judaicas fazem públicas filiações religiosas e culturais. De fato, na sua mais singela modalidade, as leis de pureza e impureza que prescrevem a dieta dos judeus ortodoxos constituem um exemplo de como o ato mais mundano e rotineiro, como o de comer, torna-se parte medular da experiência religiosa. (Topel 2003. Pg. 59)

O site oukosher.org¹³ é tido pela comunidade judaica como uma das mais importantes e confiáveis fontes de informações sobre alimentação Kasher. Uma interessante definição da importância da alimentação Kasher apresentada no site diz:

Viver de modo *kasher* é viver como judeu. Isto faz com que todo o estilo de vida seja único e distintivo da vida do mundo exterior. A *kashrut*,¹⁴ indubitavelmente, constitui o baluarte contra a assimilação.

No caso dos estudos dos hábitos das comunidades descendentes de cristãos-novos que praticavam o criptojudaísmo, podemos avaliar diante do exposto até aqui que há fundamentos no exposto na colocação já que foi o respeito às leis de pureza alimentar que parecem ter conservados sinais significativos da presença judaica em comunidades remotas do Nordeste, mesmo após séculos de distanciamento.

2.3- A história de Manuel Vicente d'Anunciação – O passado que vive no presente

Quando nos referimos a lembranças e relatos familiares, precisamos compreender que a importância de um relato familiar pode, no tempo presente, ser questionável devido a inúmeras mudanças no modo de construção do que é verdade às quais fomos submetidos. Somos a geração do papel impresso, da prova material, de só aceitar o inquestionável. Porém, no passado, o conceito de “Massoret” (“transmissão” da tradição judaica), estava baseado, em grande parte, na fonte oral dentro do marco familiar. Portanto, principalmente no caso dos judeus e cristãos novos, a transmissão de relatos e símbolos familiares é fonte documental importante.

¹³ Disponível em : WWW.oukosher.org Acesso em 08 de Outubro de 2019.

¹⁴ As leis da kashrut relativas aos alimentos se encontram no capítulo III da segunda parte do Shulchan Aruch, que leva por nome "O lar judaico".

Esta transmissão oral de saberes é algo muito perceptível entre os descendentes do Manuel Vicente d'Anunciação que conservam através da oralidade as histórias a ele atribuídas. Porém, no caso do Manuel Vicente, há um diferencial: ele é um personagem real do qual há documentação física. Isso favorece um aprofundamento no estudo com menos chance de equívocos. Neste contexto, a trajetória de Manuel Vicente fornece suporte para uma investigação mais profunda.

O poeta português Fernando Pessoa afirma que do indivíduo temos que partir, ainda que seja para o abandonar. Foi partindo do indivíduo, porém sem abandoná-lo, que em 2008, consegui ouvir três bisnetas do Manuel Vicente. A Senhora Maria Francisca de Santana (92 anos) moradora do sítio Boa Vista, propriedade que o seu pai, José Gonçalo de Santana (neto de Manuel Vicente) recebeu de presente do avô; a senhora Amara Joana de Santana (93 anos) e a senhora Umbelina Joana de Lira (95 anos, minha avó materna) ambas moradoras da cidade de Pesqueira e irmãs de Maria Francisca. As falas destas anciãs estavam repletas de memórias individuais, mas que tomavam corpo de coletivas dando conta de suas origens judaizantes. Blondel (1966) afirma que o passado oferece continuidade, consistência e objetividade não por causa da memória de um único indivíduo, mas devido à intervenção de fatores sociais. Estes fatores permitem a ele registrar sua experiência em quadros coletivos de memória, nos quais compartilha com membros de seu grupo os eventos vividos.

Uma das principais questões percebidas nos depoimentos de Amara, Francisca e Umbelina caminhava além do fato de que Manuel Vicente era um cristão-novo criptojudaizante. Nas palavras de Francisca, ele praticava “dentro de portas” o judaísmo, ou seja, dentro de casa, e “fora de portas”, na rua, o catolicismo.

A senhora Umbelina relatou, na ocasião da entrevista que na casa de Manuel havia um porão no qual pessoas de pele branca ficavam escondidas até poderem sair. A ressalva para “pele branca” se dá possivelmente na tentativa de diferenciar entre pessoas livres e pessoas escravas. Umbelina relatou ainda que na sexta-feira a casa era fechada, acendiam-se velas e recebiam outras famílias para o jantar. Tudo isso ela ouvia em histórias contadas por sua mãe, que não era descendente de Manuel e sim viúva do neto dele e que residiu por toda vida em terras recebidas como presente de casamento.

Segundo as bisnetas, a casa era pouco frequentada por pessoas estranhas. As festas eram dadas, geralmente, no terreiro. Porém, para esta cerimônia das velas, a família ceava com outros convidados moradores na cidade de Alagoinha ou Cimbres. Alagoinha é uma

pequena cidade que fazia fronteira com a propriedade do Manuel Vicente. Cimbres era a Vila mais importante da Região, na qual Manuel desempenhava o cargo de vereador. Neste contexto, os depoimentos passam a indiciar a existência de uma possível comunidade praticando o criptojudaismo. Na dialética entre a forma do senso comum da memória coletiva e a sua forma científica, a História, é obrigação do historiador eliminar os resíduos do fabuloso ou mitológico (LE GOFF, 1996, pg.535). O testemunho dos três entrevistados revela nitidamente a coexistência de fatos comprovadamente históricos e soluções imaginárias.

O depoimento das bisnetas de Manuel Vicente e de sua esposa, Margarida Jácome Bezerra, indicam ainda um importante fator ligado ao papel feminino na preservação da memória. Ângelo Adriano Assis afirma que:

A proibição da fé de Moisés e de quaisquer exibições ou manifestações contrárias ao catolicismo monopolizante levou o judaísmo a uma outra dimensão. Proibidas escolas, sinagogas, posse e leituras de textos judaicos, existência de rabinos, celebrações de toda sorte, o judaísmo, para sobreviver, encontrou na intimidade do lar seu *locus* preferencial. Escondido dos olhos populares, na intimidade e no particular, ao abrigo da (pouca) privacidade existente, uma parcela dos antigos judeus continuou a comungar os preceitos da Lei, de forma adaptada, dentro do possível, repassando os conhecimentos de geração a geração através da memória e da lembrança das agruras e delícias de pertencer à fé que não podia dizer o nome. Neste quadro de impedimentos, o papel das mulheres foi fundamental, alçadas a grandes baluartes da resistência no âmbito do lar – que se torna, também ele, o espaço por excelência da continuidade hebraica –, responsáveis por ensinar as primeiras letras, os cantos dos antepassados, os preceitos morais e as lições históricas de seu povo. (ASSIS, 2011, p.23)

Considerando, hipoteticamente, que a família do Manuel Vicente e Margarida Jácome representasse o único núcleo familiar cristão-novo da Vila de Cimbres praticante do Criptojudaismo, ainda assim poderia ter sido este o início considerável de uma nova comunidade segundo a teoria de Lewis Mumford (1961) que afirma que, talvez o fato mais importante de toda a transição urbana seja o deslocamento de população que ocorreu em todo o planeta. Diz ainda que a colonização por meio de comunidades deu lugar à colonização por indivíduos, ou seja, talvez possamos considerar que para uma comunidade nova ser formada dentro de uma comunidade já existente não seria absolutamente necessária uma migração em massa, mas apenas a migração de alguns indivíduos que, influenciando culturalmente aquela comunidade, crie uma nova dentro de outra já existente.

Em divergência com Lewis Mumford, Câmara Cascudo (1983) chama atenção para as diferenças entre transmissão de cultura e transmissão de civilização. Segundo ele, a transmissibilidade dos elementos culturais não é sinônimo de transferência de civilização.

Pode um povo receber de outro parte vultosa de técnicas, organização social, linguagem, possíveis permanentes ou constantes antropológicas, sem que fique possuindo características reais da civilização comunicada. (CASCUDO, 1983. p 46)

Como deveríamos, então, proceder para identificar marcadores de uma civilização? Quais contextos fazem uma civilização diferente de outra? O que nos leva a reconhecermos nós mesmo como membros em uma civilização específica? Câmara Cascudo sugere que:

Todos os povos são parecidos e dessemelhantes. Mesmo na coexistência milenar. Um bávaro para um prussiano. O homem da Silésia e o de Hanover. A andaluz para o catalão. Quantos milênios de vizinhança, miscigenação, contato se escoaram sem possibilidade de fusão, semelhança, irmanismo mental? (...) Há muito de comum e muito de peculiar. Esse índice diferencial, marca de individualização no coletivo, indisfarçável, visível através das idades, denunciando o nacional e fixando a paisagem psicológica do país, é a sua civilização. (CASCUDO, 1983. p 46)

Jacques Le Goff afirma que “o povo hebreu é o povo da memória por excelência” (LE GOFF, 1992, p. 444). Possivelmente Le Goff se refere a uma memória de aprendizagem, transmitida cuidadosamente de geração em geração. Neste trabalho, porém, questionamos se essa memória também pode ser subjetiva, se as lembranças deflagradas em tradições familiares permitiriam, por exemplo, que fatos ligados ao passado da história daquela comunidade fossem descortinados. Este caminho poderia nos ajudar a responder como, mesmo sem sinagogas, sem monumentos e sem referências escritas de sua suposta ascendência judaica, estes possíveis descendentes de cristãos novos judaizantes mantiveram em voga durante séculos costumes que os remontam a um povo que eles parecem não conhecer, mas indiciam pertencer.

Jorn Rüsen afirma que a memória histórica e a consciência histórica têm uma importante função cultural: elas formam e expressam identidade. Torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Rüsen nos fala ainda da consciência Histórica e que ela pode ser sintetizada como o conjunto das “operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”(RÜSEN, 2010, p.57).

Mesmo sem apresentar atualmente marcas de colocação de mezuzá ou presença de mikve, a casa do Manuel Vicente e Margarida Jácome, localizada na região que pertenceu a Cimbres, é a única edificação cuja população classifica como “casa de judeus”. A casa traz, impressa no topo da parede externa direita, a data de 09 de novembro de 1822, o que é considerada como sendo possível data de final de construção daquela morada. O casarão fica

localizado em uma propriedade que à época chamava-se “Lagoa dos cavalos”, rota e parte do distrito de Cimbres. Hoje denominada como Santa Rosa é distrito da cidade de Alagoinha (Pernambuco) e faz fronteira com o território de Pesqueira.

2.4 – Aspectos financeiros e a vida privada de um cristão novo criptojudiaizante no sertão pernambucano

Segundo matéria publicada no jornal português Correio da Manhã¹⁵, o português Manuel Vicente d’Anunciação partiu só com a roupa do corpo, de Portugal para o Brasil em 1820 e tornou-se um dos homens mais ricos da colônia, morrendo em 1889. Em 20 de novembro de 2006, o site de notícias UOL publicou:

“Banco se cala sobre batalha por herança do século 19

São Paulo, 20 Set (Lusa) - O representante do Lloyds Bank em São Paulo, Stuart Duncan, disse que não vai comentar a batalha judicial entre a instituição bancária e os herdeiros do comerciante português Manoel Vicente D'Anunciação, que viveu no Brasil no século 19. O imbróglio judicial teve início em 1980, no Tribunal de Pernambuco. No recurso, os advogados apresentam provas de que Manoel Vicente D'Anunciação teria efetuado, pouco antes de morrer, um depósito no então "The London Bank & South America Limited", atual "Lloyds Bank PLC". O depósito, efetuado em 1878, foi feito em 150 barras de ouro, mais de 300 pedras preciosas, entre outros bens de alto valor, segundo os advogados da família do português. O gerente do banco inglês Stuart Duncan, responsável pelas operações da Lloyds Bank no Brasil, limitou-se a dizer à Agência Lusa que "não pode comentar o caso"¹⁶

No sentido de desconstrução do mito de que os judeus portugueses, chegados à capitania de Pernambuco, vindos de Amsterdã, ainda no domínio holandês, era composta apenas por pessoas com poder financeiro, temos as palavras do Licenciado Feliciano Dourado, levado da Paraíba como prisioneiro em 1635, que, diante do Santo Ofício declarou: “... os mais dos judaizantes daquele Estado eram de gente pobre e miserável.”¹⁷ Não há estudos específicos que se ocupem da situação financeira dos judeus ou cristãos novos vindos para o Brasil após a expulsão dos neerlandeses. No entanto, cabe supor que o quadro de variações de poder financeiro deste público tenha se mantido.

¹⁵ Herança Desaparecida dá Guerra nos Tribunais. Correio da Manhã, Portugal, 02 de set. de 2006. Disponível em <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/heranca-desaparecida-da-guerra-nos-tribunais>. Acesso em 08 de Dez. 2017.

¹⁶ <https://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2006/09/20/ult611u73085.jhtm>

¹⁷ Arquivo da Torre do Tombo, Caderno dos Promotores N. “19, folhas 1/9. In. Melo, J.A Gonsalves. Op.cit.285.

O Bank of London & South America Limited em Pernambuco ocupou prédio construído na esquina da Rua do Bom Jesus (Rua dos Judeus) em 1912. Hoje, o edifício abriga o centro Cultural da Caixa Econômica Federal. No entanto, sua presença no Brasil remonta a 1862. Não foram localizadas informações precisas quanto à chegada do Banco em Pernambuco.

A informação referente ao ano da morte de Manuel Vicente levanta dúvidas já que em verificação minuciosa tanto nos arquivos de óbito da Cúria Diocesana de Pesqueira como do Cartório de Registro Civil de Cimbres referentes ao ano de 1889 não há nenhum registro ou referência à morte dele como também não há registros em um recorte temporal de cinco anos antes e cinco anos após a data citada pelo jornal.

O que sabemos mediante análise dos documentos citados no livro de atas de Cimbres (1840), organizado por José Florêncio em 2006, é que no período de 10 de outubro de 1840 até 14 de julho de 1852, consta a assinatura de Manuel Vicente da Anunciação nas atas da Câmara Municipal de Cimbres. Em 27 de dezembro de 1852 ele assina a ata de fundação da Catedral Católica da Vila de Sant'Águeda, hoje cidade de Pesqueira. Estes dados apontam para o fato de que Manuel desempenhava um papel de destaque e liderança na sociedade daqueles dias.

Na região onde se localiza a construção ainda residem descendentes seus que contam, sem qualquer conhecimento relativo à fé judaica, fatos que apontam para a condição de cristão-novo do primeiro proprietário da Fazenda Santa Rosa. E as histórias vão além: a própria família acredita que a fortuna citada na reportagem não era do Manuel Vicente propriamente dita, mas sim um fundo que ele administrava para ajudar pessoas que precisavam se estabelecer na região. Não há quaisquer documentações ou provas destas afirmações, no entanto isto também encontra alicerce no mandamento judaico do Tsedacá. A Torá declara no seguinte versículo:

"Se houver um carente entre seus irmãos, numa de suas cidades, na terra que D'us deu a vocês, não endureçam seus corações nem fechem a mão a seu irmão carente. Vocês definitivamente devem abrir suas mãos e lhe emprestar o suficiente para o que lhe faltar (Devarim 15:7,8)".

A palavra hebraica Tsedacá é erroneamente entendida como 'caridade', mas a tradução correta é 'justiça' já que a palavra deriva de tsêdek, que significa, literalmente, justiça. Ela difere da caridade pois esta é definida como "um ato de generosidade ou de auxílio a um pobre". A Tsedacá não é somente um ato de caridade: toda vez que alguém proporciona

satisfação a outros - mesmo aos ricos - com dinheiro, comida ou palavras reconfortantes, ele cumpre esta mitsvá. Mitsvá é uma obrigação, um mandamento.

Em entrevista concedida em novembro de 2016, Francisca Maria de Santana, então com 96 anos de idade, lúcida e sendo neta de Manuel Vicente, tendo ela ainda residido na Fazenda hoje denominada de Santa Rosa, mas anteriormente Lagoa dos Cavalos, embora não tenha conhecido pessoalmente o avô, relatou que o seu pai, filho de Manuel Vicente, que se chamava Euzébio José de Santana, contava as histórias dos tempos difíceis, tempos de perseguições, das pessoas que passavam semanas escondidas no porão da casa deles, das rezas que precisavam ser feitas a portas fechadas e das velas acesas de forma discreta.

Ela afirmava na ocasião que não sabia quais rezas estranhas eram aquelas que o seu pai rezava e nem o que tinha em um livro no qual só os homens podiam tocar e que se perdeu no tempo. Francisca e suas irmãs jamais saíram em público com os cabelos descobertos após o casamento, até dentro de casa usam sempre um lenço nos cabelos.

Dentre as muitas histórias que eram relatadas pelo pai de Francisca e que foram contadas por sua mãe, Maria Joana da Conceição, conhecida como “Mãe Joanhinha” que ficou viúva muito cedo, vendo interrompido o tempo de convivência e de transmissão de saberes entre o marido e as filhas, algumas dessas histórias se confundem com os rituais judaicos. Quando eu indaguei onde poderia encontrar o túmulo de Manuel Vicente, Francisca logo respondeu: “Ah minha filha, ele foi enterrado na estrada porque o povo dele só se enterrava em terra limpa. Também não restou roupas ou travesseiros dele, deram tudo aos pobres andarilhos que passavam por aqui naquela época. O travesseiro dele estava cheio de dinheiro”.

Também ecoa na tradição judaica o fato de Francisca afirmar que o seu pai, bem como o seu cunhado, entendia das estrelas e seguia calendário próprio. “Havia o calendário deles e o das festas dos santos”, disse ela.

Francisca faleceu em 2017, em sua casa na propriedade chamada de Boa Vista, pertencente à cidade de Pesqueira.

Foto 1: Casa onde morou Manuel Vicente d'Anunciação.



Fonte: Lira (2018).

Foto 02 – Retrato falado de Manuel Vicente d'Anunciação, Set/2006, pintado em Lisboa. Autor desconhecido.



Fonte: Lira (2018).

Em 03 de Setembro de 2006, o jornal português Diário de Trás os Montes, publica reportagem dando características da casa da fazenda de Santa Rosa que, há época, era ainda melhor preservada.

A antiga casa do comerciante português Manuel Vicente D Anunciação, na fazenda Lagoa dos Cavalos, a cerca de cinco quilómetros da cidade de Pesqueira, resiste ao tempo e ao abandono. Imponente mesmo para os padrões actuais da região 144 metros quadrados de área construída e telhado com eira e beira, na época símbolos de poder e dinheiro. (...) O forro do telhado, todo em madeira de cedro, por exemplo, já foi completamente destruído. E as paredes de 70 centímetros de espessura, padrão da época, estão a ser substituídas por outras menores, de tijolo, no lugar do tradicional adobe. O porão foi todo aterrado, o que pode ter encoberto vestígios de um suposto esconderijo, tal como o sótão da casa. Supõe-se que eram espaços utilizados para esconder judeus fugitivos das autoridades religiosas europeias.¹⁸

O caso de Manoel Vicente traz uma série de documentos que são raros no tocante a outros personagens daquela região e período. A documentação abarca dezenas de registros de batismo nos quais ele figura como padrinho, livro de atas de Cimbres e, principalmente, o inventário por ocasião da morte de sua esposa Margarida Jácome Bezerra em 1877. Tudo isso oportuniza o conhecimento do ambiente da moradia e as características da vida daquelas pessoas. Fornece informações ainda quanto a detalhes como a quantidade de animais, pessoas em situação de escravidão e os hábitos alimentares.

Quadro 1- Lista de Móveis e Aviamentos família D'Anunciação.

Dinheiro Nada
Ouro. Nada
Pratos, taças, copos de prata uzados e já furados pezando todos treissentos e noventa e seis oitavas que avaliarão de cento e noventa seis oitavas, importando em trinta e um mil trezentos e secenta reis-
Uma taça antiga de prata com duzentas e cinquenta oitavas que avaliarão a nove e centosa oitava, importando em quarenta mil reis
Umhas colheres de prata inutilizadas, com secenta e quatro oitavas a cento e se cuenta e seis mil duzentos e quarenta reis
Um tacho grande velho e furado que avaliarão em cinco mil reis

¹⁸ Herdeiros de Português Lutam por Fortuna Desaparecida. Diário de Trás os Montes, Portugal, 03 de Set. de 2006. Disponível em <http://www.diariodetrasmontes.com/noticia/herdeiros-de-portugues-lutam-por-fortuna-desaparecida>. Acesso em 08 de Dez. 2017.

Uma meza redonda que avaliarão em oito mil reis
Uma outra grande velha que avaliará em seis
Uma outra menor com duas gavetas em estado que avaliarao e quatro mil reis ¹⁹
Uma outra pequena sem gaveta que avaliarao em dois mil reis
Uma cadeira de gaveta de guardar que avaliarão em oito mil reis.
Uma cadeira velha de sola-que avaliarao em seis mil reis
Uma outra de -----que avaliarao em dois mil Reis
Duas máquinas de descarçar algodão estando uma em bom estado que avaliarao em cem mil reis a de bom estado, e a outra em mau estado que avaliarão em quarenta mil reis

Fonte: Inventário de Margarida Jácome Bezerra, acervo da família. Cópia Proc.98/1887.

O levantamento acima foi feito pelo Oficial de Justiça de Cimbres, na ocasião de início do inventário por morte de Margarida Jácome Bezerra (1877), no entanto no decorrer da leitura do processo, em diversas ocasiões, surgem solicitações das filhas e genros do casal pedindo para ficar com a cama, item que não consta na lista.

Alexandre Bittencourt (2012,pg.122) em análise ao inventário deixado por morte de Gonçalo Antunes Bezerra²⁰ (1835), morador da propriedade vizinha à fazenda Lagoa dos Cavalos, nos diz que talheres e mesas eram itens escassos nas moradias, mesmo as mais abastadas, da época. Ele usa como exemplo o fato de haver apenas referência a “duas colheres de prata” no inventário por ele estudado. Cita ainda Koster (1816)²¹, quando diz que poucas residências no sertão possuíam mesas, o que levava muitas famílias a se acorocar ao redor de uma esteira onde realizavam as refeições. Facas e garfos não são muito conhecidos e nas

¹⁹ Os Cristãos-Novos utilizavam-se desse método para esconder a comida quando chegava visita. No judaísmo, a comida deve ser kasher, ou seja, a comida recomendada pela Torah, Dentro desse preceito, há receitas tipicamente judaicas. Se um cristão-velho chegasse de repente à casa e visse essa comida típica, fatalmente o cristão-novo seria reconhecido e denunciado. Por isso, eles guardavam o que estavam comendo nas gavetas, e ofereciam outra coisa ao visitante. Disponível em: <http://anussim.org.br/a-influencia-dos-judeus-cristaos-novos-na-cultura-mineira/> Acesso em 25 de 01 de 2019.

²⁰ Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra – IHGP- Acervo Orlando Cavalcanti – Cx.61

²¹ KOSTER. Viagens ao nordeste do Brasil. Op. Cit. Pg.208.

classes pobres nenhum uso possuem”. Informa ainda que as camas eram objetos raros de se encontrar nas casas sertanejas, sendo mais comum o uso de redes.

É notório que realmente Manuel Vicente da Annuniação (conforme grafia do processo) e sua esposa Margarida Jácome eram pessoas de posses, dada a grande quantidade de itens domésticos de prata e que são citados como “uzados, já furados” o que indica que estes artefatos faziam ou fizeram, em um passado recente ao falecimento de Margarida, parte do cotidiano da casa. Apesar do estado dos itens indicarem para alguma decadência financeira, a lista de animais e seres humanos escravos indica o contrário.

Quadro 2- Lista de animais pertencentes a família D’Annuniação.

13 vacas paridas
13 outras solteiras
29 novilhas
10 garrotes (sendo três magros)
1 cavalo castanho e sete a oito anos
1 outro alazão de couro cinzento, calda branca com uma estrela na testa
4 cavalos velhos
1 cavalo castanho de calda amarela
1 poltrinho com estrela na testa
1 outro alazão
2 antas velhas
1 poltra castanha

Quadro 3: Lista de seres humanos escravizados pertencentes a família D’Annuniação. Preços dados pelo Oficial de Justiça.

Vicentino, pardo, fullo, 41 anos, casado com Antonia, achacado e sem dentes avaliado em	500 mil reis
---	--------------

Antonia, parda, 31 anos, mulher de Vicentino. avaliado em	400 mil reis
Tomasia, filha de Antonia, parda para mulata, 12 anos avaliado em	600 mil reis
Vicentino, pardo, nove anos avaliado em	500 mil reis
Rogeria, 7 anos, parda avaliado em	500 mil reis
Isidoro, preto, sem dentes, 40 anos avaliado em	700 mil reis
Luzia, preta, 43 anos. avaliado em avaliado em	250 mil reis
Alcina, 13 anos, filha de Luzia. avaliado em	600 mil reis
----- preto, 27 anos, casado com Mathildes avaliado em	100 mil reis
Mathildes, mulher de -----, com duas ingenuas pardas, uma com 4 anos e outra com 1 ano, tendo 23 anos avaliado em	50 mil reis
----- filho de Mathilde, 7 anos avaliado em	400 mil reis
Angelica, parda, 48 anos avaliado em	150 mil reis
Ernesto, pardo, 28 anos, filho de Angelica. avaliado em	100 mil reis
Benta, parda, 15 anos avaliado em	700 mil reis
Joaquina, filha de Angelica, 13 anos avaliado em	600 mil reis
Florentino, pardo, onze anos, filho de Angelica avaliado em	600 mil reis
----- nove anos, filho de Angelica avaliado em	600 mil reis
Nicolau, pardo, filho de Angelica, sete anos avaliado em	400 mil reis
Angelica, sete anos avaliado em	300 mil reis
Caetana, escrava de casa avaliado em	400 mil reis
Águida, com um filho ingenuo João de um ano avaliado em	700 mil reis
Maria, 21 anos, filha de Caetana avaliado em	600 mil reis
Antonio, pardo, 10 anos, filho de Caetana avaliado em	101 mil reis
Manoel, pardo, 3 anos, filho de Caetana avaliado em	700 mil reis

Antonio, pardo, 8 anos, filho de Caetna avaliado em	500 mil reis
Castor, preto, 29 anos avaliado em	150 mil reis
Maximiniano, preto, 53 anos, aleijado de um quarto avaliado em	30 mil reis
Anunciada, mulher de Maximiniano, parda, 46 anos avaliado em	200 mil reis
Lúcio ²² , pardo, 33 anos avaliado em	300 mil reis
----- preto, 10 anos, filho de Maximiniano avaliado em	101 mil reis
Mariano, fullo, outro preto, 14 anos, filho de Florencia avaliado em	500 mil reis
-----, fulla, 2 anos, filha de Florencia avaliado em	40 mil reis
Maria, parda, 20 anos avaliado em	500 mil reis
Tertulia, parda, fulla, 44 anos avaliado em	300 mil reis
Maria, filha de Tertulia, parda, 7 anos avaliado em	300 mil reis
Laurinda, filha de Tertulia, 4 anos avaliado em	200 mil reis
----- preto, 29 anos avaliado em	150 mil reis
Luiz, preto, 26 anos avaliado em	700 mil reis
Justino, 8 anos, filho de Luiza avaliado em	440 mil reis
Francisca, preta avaliado em	250 mil reis

Segundo Guilherme Resende (2014, p.4) a entrada de seres humanos escravizados africanos no Brasil teve seu auge entre 1780 e 1850, desembarcando aqui em sete décadas cerca de 2,5 milhões de cativos, mais da metade do total acumulado nos três séculos do tráfico. O autor apresenta interessante tabela com média dos preços dos indivíduos escravizados durante as décadas de 1800 a 1870 em Pernambuco, tendo usado como base de pesquisa inventários da época. No quadro, ele usa as abreviações Zm para Zona da Mata, Rec para Recife, Ser para Sertão, Agre para Agreste. Os valores estão na moeda em voga à época (Reis).

²² Na página 39 do inventário, Manuel Vicente diz que o escravo Lúcio foi doação de sua finada mãe, Ana.

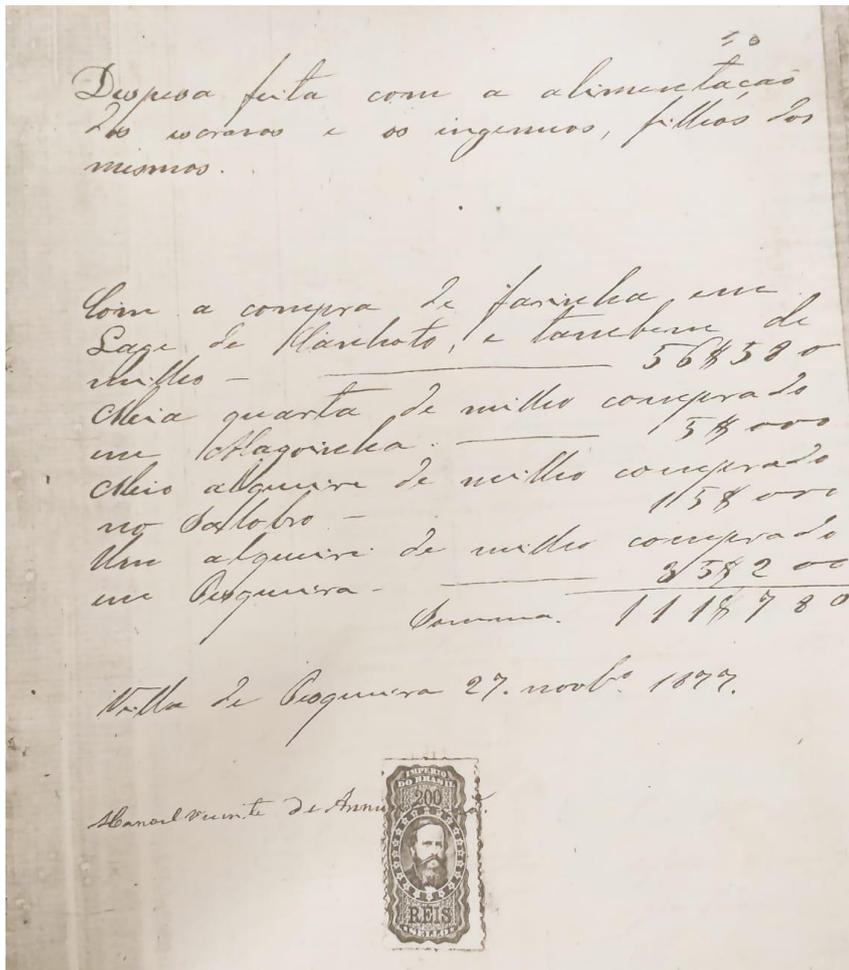
Quadro 4. Pernambuco: preços médios de indivíduos escravizados adultos, por década e por região, 1800-1887

Década	Preço médio	Ser		Rec		Zm		Agre	
		0	1	0	1	0	1	0	1
0	102.954	105.485	96.706	103.384	99.848	104.788	99.454	98.467	116.704
10	115.098	115.732	106.636	115.378	113.429	112.465	117.255	115.564	113.596
20	143.972	145.274	127.885	145.398	135.656	135.679	149.856	145.238	138.707
30	248.480	258.931	194.862	236.581	294.984	243.577	264.523	255.941	237.246
40	346.514	358.084	281.156	341.558	377.302	325.645	363.471	351.027	322.681
50	589.234	595.301	494.067	583.874	627.455	537.756	613.985	607.541	478.410
60	724.913	728.533	565.288	701.024	760.938	728.402	721.231	734.867	627.301
70	658.694	666.756	486.263	642.965	679.329	651.502	668.078	664.506	599.118
80	513.974	517.011	396.400	514.349	512.449	497.745	520.190	515.278	491.296

Ao analisar a tabela, podemos perceber, grosso modo, que o preço atribuído aos seres humanos escravizados da Fazenda Lagoa dos cavalos indica que muitos destes indivíduos estavam abaixo do preço esperado. Jacob Gorender (1985) observa que idade, sexo e robustez eram fatores de influência significativa na avaliação do preço de um ser humano em situação de escravidão. Faz-se necessário lembrar que a fazenda Lagoa dos Cavalos era produtora de algodão e servia para criação de gado, não tendo sido constatado nos relatos ouvidos dos antigos moradores que lá houvesse em algum tempo pomares ou atividades voltadas para a produção de que dessem conta de suprir quarenta ou cinquenta pessoas.

No quadro 3, podemos perceber que a fazenda contava com no mínimo 43 indivíduos em situação de escravidão entre homens, mulheres e crianças. A única referência à alimentação dos mesmos é proveniente de uma nota assinada pelo próprio Manuel Vicente na qual trata da compra de farinha (provavelmente de mandioca) e milho para alimentação daquela população escrava.

Foto 03- Nota de compra para alimentação de escravos (sic).



Fonte: Inventário Margarida Jácome/Manuel Vicente. Outubro de 1887. Acervo da Família.

Despesa feita com a alimentação dos escravos e os ingênuos filhos dos mesmos com a compra de farinha em Lage de Canhoto e também de -milho 56 \$ 580 mil reis. Meia quarta de milho comprado em Alagoinha 5 \$ 000mil reis. Meio alqueire de milho comprado no Salobro 15 \$ 000 mil reis. Um alqueire de milho comprado em Pesqueira 35\$ 200 . Somma 111\$780 Villa de Pesqueira 27.novemb. 1877. Manuel Vicente da Annuenciação

(Transcrição: Ana Lígia Lira. 05/2019)

Alisson Eugênio (2009. p,236) reproduz em seu artigo “Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no mundo” trecho da médica Dazille que foi uma das raras profissionais a empenhar-se na questão de apontar, ainda no século XVIII, aos colonos das Minas Gerais, as necessidades humanas das pessoas escravizadas (comida, abrigo, vestimenta, remédios, descanso) usando como argumento a prolongação da vida útil destes:

A primeira causa dessas diferentes moléstias provém do seu alimento, que consiste em raiz de mandioca grosseiramente pisada, feita em bolo muitas vezes mal cozido (...) usam os negros de diferente alimento, porque em lugar da mandioca eles têm o

milho, que depois de moído em moinhos e peneirado o cozem simplesmente com água, mexendo-o até o ponto de se formar uma massa em boa consistência, a que chamam angu, que é o pão ordinário às suas comidas.²³

Notasse que os alimentos aos quais Dazille se refere são exatamente os mesmos citados na lista de compra apresentada para alimentação dos escravos (sic) pertencentes a Manuel Vicente. É possível, então, que os baixos preços apresentados na avaliação dos indivíduos escravizados estivessem relacionados com algum fator de desnutrição ou doenças em consequência desta.

Faltam-nos dados que permitam levantar possibilidade única para a questão da aparente má conservação das pessoas em situação de escravidão pertencentes a Manuel Vicente. Na ausência de documentação anterior ao inventário que se inicia por ocasião do falecimento de sua esposa, não temos como realizar comparativos que nos respondam se realmente estes indivíduos foram sempre mal conservados ou se esta condição era pontual e indicava a decadência da família Anunciação. Outro comparativo importante seria com inventários da mesma época de outras famílias criptojudaicadas da mesma região, pois talvez os dados mostrassem que a comunidade atravessava uma crise. No entanto, não há ainda estudos que indiquem com certa margem de segurança outras famílias na mesma região que praticassem o criptojudaísmo.

De toda forma, os dados apontam para a importante questão de significativas populações de pessoas escravizadas no interior de Pernambuco e não somente na região de plantação de cana de açúcar pernambucana.

2.5- O Morar

De forma ortodoxa, o símbolo judaico que marca uma casa é a Mezuzá. Trata-se de um artefato de cunho religioso que representa proteção e também a fé dos devotos judeus. É fixado no lado direito da porta das casas e deve ser tocada antes das pessoas entrarem nas suas habitações. Consiste em um pequeno recipiente, geralmente de madeira, dentro do qual há um pergaminho com um texto sagrado encontrado em Devarim (Deuteronômio) 6: 4-9; 11: 13-21. O pergaminho, onde está escrito a oração, é depositado em um recipiente protetor que pode ser uma espécie de caixa de madeira, como podemos comprovar na ilustração abaixo:

²³ DAZILLE, Jean Barthelemy. Observações sobre as enfermidades dos negros, nota n.2, p.29

Figura 01- Mezuzá no portal de uma residência.



Fonte: <https://mezuzahscrolls.wordpress.com/> Acesso em 16/01/2019

O texto ou oração é invariável e deve ser escrito em hebraico por um escriba habilitado para isto. Não deve conter erros ou rasuras. Na imagem abaixo, podemos perceber a estética com a qual o texto se apresenta.



Figura 02- Texto interno Mezuzá Fonte: <https://mezuzahscrolls.wordpress.com/> Acesso em 16/01/2019

A transcrição em português²⁴ corresponde à versão apresentada na Bíblia, livro não seguido pelos Judeus, mas que apresenta alguns textos em comum com as duas crenças como os Salmos, por exemplo. A transcrição em português diz:

Escuta, Israel, o Senhor, nosso D'us, é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor, teu D'us, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de toda a tua força. Estas palavras

²⁴ Versão em português in A BÍBLIA SAGRADA, traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2ª ed. Revista e Atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003.

que, hoje, te ordeno estarão no teu coração; tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te, e ao levantar-te. Também as atarás como sinal na tua mão (tefilim), e te serão por frontal entre os olhos. E as escreverás nos umbrais (mezuzot) de tua casa e nas tuas portas. Se diligentemente obedecerdes a meus mandamentos que hoje vos ordeno, de amar o Senhor, vosso D'us, e de o servir de todo o vosso coração e de toda a vossa alma. Darei as chuvas da vossa terra a seu tempo, as primeiras e as últimas, para que recolhais o vosso cereal, e o vosso vinho, e o vosso azeite. Darei erva no vosso campo aos vossos gados, e comereis e vos fartareis. Guardai-vos não suceda que o vosso coração se engane, e vos desvieis e sirvais a outros deuses, e vos prostreis perante eles; Que a ira do Senhor se acenda contra vós outros, e feche ele os céus, e não haja chuva, e a terra não dê a sua messe, e cedo sejais eliminados da boa terra que o Senhor vos dá. Ponde, pois, estas minhas palavras no vosso coração e na vossa alma; atai-as por sinal na vossa mão (tefilim), para que estejam por frontal entre os olhos. Ensinai-as a vossos filhos, falando delas assentados em vossa casa, e andando pelo caminho, e deitando-vos, e levantando-vos. Escrevei-as nos umbrais (mezuzot) de vossa casa e nas vossas portas, Para que se multipliquem os vossos dias e os dias de vossos filhos na terra que o Senhor, sob juramento, prometeu dar a vossos pais, e sejam tão numerosos como os dias do céu acima da terra.²⁵

Antônio Gutemberg afirma que a Mezuzá teve sua presença reafirmada na simbologia do uso das cruzes feitas de palha de coco e colocadas nas portas, coisa comum nas comunidades rurais de Pernambuco e da Paraíba. Ele afirma que as cruzes de palha de coco seriam representações coerentes com uma nova realidade.

Novas representações produziriam novas identidades, pois gerariam um imaginário por meio de valores simbólicos que marcariam gerações e padronizariam a forma de se viver no Nordeste. A reapropriação, por exemplo, da Mezuzah (caixinha com frases do Torah escondidas no interior de paredes marranas ou atrás da porta), ganharia novas representações quando os cristãos e até mesmo depois os próprios anussins trocariam por cruzes algumas delas até com formatos análogos a estrela de Davi e apregoaram novos significados. Enquanto a Mezuzah servira pra fazer com que os marranos não esquecessem suas origens e para trazer proteção para a residência a Cruz contribuiria para afastar o mal e impedir que o mesmo adentrasse na casa, além de até mesmo, servir para acalmar ventanias. (GUTEMBERG,2019, p.13)

A cruz citada pelo historiador é feita com folhas de palmeiras, folhas estas provenientes principalmente das celebrações acontecidas no domingo de ramos, data cristã. Segundo a tradição, quando Jesus entrou em Jerusalém antes da Páscoa, a população colheu folhas e ramos e forrou o chão por onde Ele passava montado em seu jumento. Os ramos foram usados então como forma de saudar a chegada do Messias para os cristãos.

Está no costume da Igreja Católica usar dos ramos abençoados neste dia para que, depois de secos, sejam queimados e usados na quarta-feira de cinzas. É antiga a tradição de queimá-los quando se aproximava o tempo de colheita, em ocasiões de tempestade ou ainda queimar estes ramos bentos em torno da casa ou do local de trabalho para afastar pestes e bichos peçonhentos.

²⁵ (Deuteronômio) 6: 4-9; 11: 13-21

Foto 04/05. Casas em Cimbres com cruz de palha de coco.



Fonte: Lira (2019)

O Rabino Jacques Cukierkorn relatou por contato feito através das redes sociais ter percebido o mesmo costume do uso das cruzes entre os moradores da pequena cidade de Venha-Ver, Rio Grande do Norte, localidade que, assim como Cimbres, é fronteira com o Estado da Paraíba e que foi uma das locações do documentário *A Estrela Oculta do Sertão*, citado neste trabalho. A localidade foi objeto de pesquisa para a conclusão dos seus estudos para o Rabinato, estudos estes que investigaram possíveis origens judaicas daquela população.

O Rabino concorda com a crença de que o uso das cruzes tenha origem no uso da mezuzá. Destaca o formato hexagonal, como a Estrela de David e o propósito semelhante no uso de ambas já que, para os judeus, a mezuzá é usada para demarcar a proteção divina sobre a casa.²⁶ O uso de tais cruzes de palha é muito comum nas casas da Vila de Cimbres, sendo quase que um item indispensável. No entanto, o uso de tais adornos é comum em outros países como Portugal, Itália e Panamá como já foi verificado pela autora em viagens, sendo muito difícil associar o uso de tais objetos exclusivamente à representação de uma mezuzá.

Neste caso, ressaltamos o dito por Paul Johnson (1989, p.14): “Os judeus penetraram em muitas sociedades e em todas elas deixaram a sua marca”. Então, é possível que esta ressignificação em algum momento se refira ao uso da Mezuzá não só no Nordeste brasileiro, mas em outras localidades no mundo.

Abordando as questões de pertencimento, o uso de objetos e símbolos podem ser uma importante ferramenta de fortalecimento destes laços de união e identidade. Silvaniza Vieira Ferrer faz importante consideração quando afirma que:

²⁶ <https://tokdehistoria.com.br/tag/venha-ver/>

O convívio dos judeus sefarditas com os espanhóis durou quinze séculos. E apesar desta convivência ter gerado diferenças em relação aos outros judeus, quando os reis católicos Fernando e Isabel expulsaram os judeus da Espanha se sabia exatamente quem era ou não judeu. A complexidade de se estudar a nação judaica deve-se ao fato de ser ela na maior parte de sua história, uma nação dentro de outra nação. Uma nação sem território. De uma unidade baseada somente na religião. Desta saía a unidade política, social e econômica. Eles não estavam todos em um lugar só. É possível encontrá-lo em qualquer parte do mundo com as mesmas características fundamentais. (FERRER,2010, pg.192)

O arquiteto Espanhol, Emilio Fonseca, em seu artigo “Viviendas de judíos y conversos en Galicia y el Norte de Portugal” alerta para o fato de que é muito difícil determinar se uma casa era de fato residência de um judeu caso não haja nela características particulares como, por exemplo, a “cicatriz” na parede de onde esteve fixa uma mezuzá. Isto se deve ao fato de que estas pessoas geralmente não queriam ser descobertas como judias ou praticantes de atos religiosos judaizantes. A realidade arquitetônica abordada no artigo se refere à Espanha, mas pode servir como aporte para estudos no Brasil principalmente no caso dos cristãos-novos, já que a procedência destas famílias está muito ligada a Portugal e Espanha, como já citamos anteriormente.

Segundo os historiadores, não há diferenças no tipo de moradia para judeus e cristãos na Idade Média. Suas casas e habitações eram semelhantes, pois respondiam ao mesmo modo de vida de acordo com o nível econômico e a posição social do proprietário. Por isso, é difícil estabelecer a sua configuração espacial e funcional e afirmar que uma certa habitação situada em um bairro ou uma cidade do interior não é encontrada no interior de um bairro judeu. O modo de vida judaico era, em todos os aspectos, semelhante ao dos cristãos, exceto no que diz respeito a receitas dietéticas, costumes religiosos, festas e o dia semanal de descanso. Portanto, não existem condições morfológicas singulares que diferenciem a morada de um judeu da de um cristão. O que caracteriza externamente e aponta ser ali casa de um judeus é a mezuzá: uma caixa pequena que mantém um rolo ou pergaminho no qual são escritos sobre certos versos de Deuterônios e deve ser colocado a cerca de altura do ombro uma pessoa adulta, no plano interior do batente, de preferência a do lado direito, da porta de entrada da habitação.²⁷

Podemos concluir então que os sinais de identificação da passagem ou permanência dos cristãos-novos são discretos. Neste sentido, são válidas as observações de outro espanhol, desta vez o escritor e viajante José Luis do Pico Orjais, ao relatar em seu blogue de viagens que, em alguns vilarejos da Espanha, é comum encontrarem cruzeiros esculpidas nas entradas das casas, em lugares onde provavelmente anteriormente havia uma mezuzá, como em uma tentativa de afirmação que naquela morada residem cristãos e não judeus.

²⁷ <http://anuariobrigantino.betanzos.net/Ab2004PDF/2004%20431-466%20EMILIO%20FONSECA.pdf>

Foto 06. Casa espanhola com o sinal da cruz onde estava uma mezuzá.

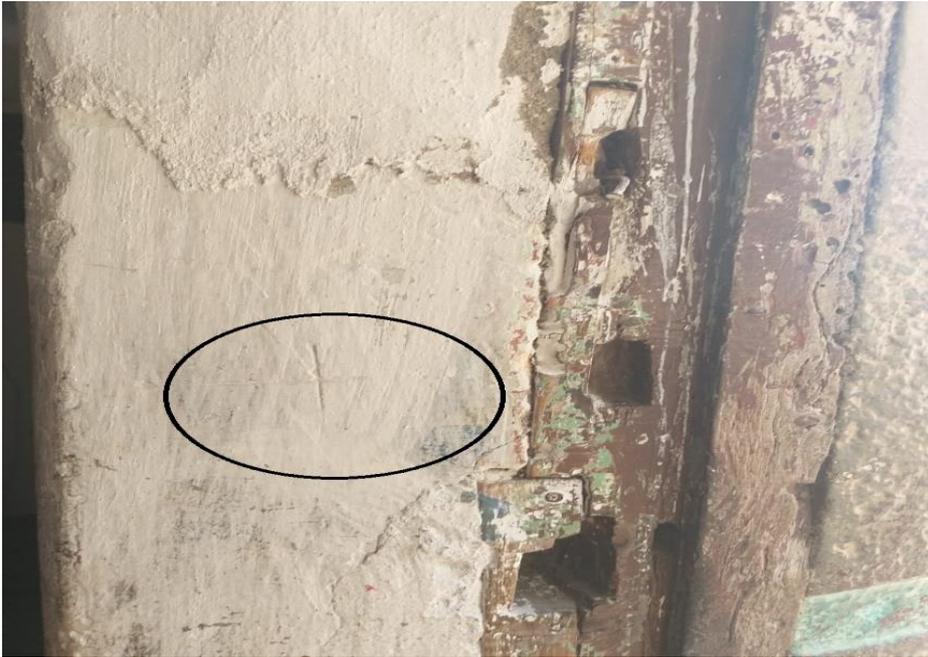


Fonte: José Luis do Pico Orjais²⁸

Na Vila de Cimbres, o expediente da cruz riscada no portal também acontece. Na exemplificação abaixo, demonstramos um destes portais. Em especial, este caso aqui retratado refere-se a uma casa que além da marca da cruz riscada no portal, guarda em sua cozinha uma mesa de gavetas. A Senhora Lúcia, atual moradora da residência, relata que a peça de mobília já está lá há séculos, passando de geração para geração. Dona Lúcia se diz a quinta geração a residir no imóvel que, segundo ela, é um dos mais antigos da Vila.

²⁸ <http://ilhadeorjais.blogspot.com.br/2017/12/>

Foto 07: Marca de cruz riscada no portal da residência ocupada por Dona Lúcia.



Fonte: Lira (2019)

Foto 08: Visão externa da casa onde encontra-se a cruz rabiscada no portal. Ana Lúcia Lira



Fonte: Lira (2019)

Foto 09: Mesa com gaveta encontrada na residência ocupada por Dona Lúcia.



Fonte: Lira (2019)

Como foi dito na análise do inventário do Manuel Vicente da Anunciação, a mesa de gavetas é considerada por alguns autores como um item de eco na tradição judaica. Júlia Calvo (2007, p. 79-88) concorda com essa possibilidade e explica que a raiz deste costume está ligada às práticas criptojudasizantes já que no judaísmo a comida deve ser kasher, ou seja, a comida recomendada pela Torah cuja lista de proibições encontra-se no livro de Levíticos 11. Há ainda o consumo de determinadas comidas ritualísticas em ocasiões e datas específicas. Neste sentido, caso algum estranho chegasse à casa de uma família judaizante na hora da refeição, havia a possibilidade de rapidamente esconder as comidas ritualísticas e colocar sobre a mesa comidas que não comprometessem a família, como, por exemplo, um assado de porco, comida extremamente proibida para os judeus, mas apreciada pelos cristãos.

No sentido de análise dos hábitos alimentares e de como os cristãos novos judaizantes precisavam travestir os seus costumes, neste sentido, a comida era uma pista preciosa para flagrar os hebreus renitentes. Os judeus são proibidos pela Torá de comer carne de porco, porque tem os cascos fendidos e não ruma, sendo, portanto, impuro. Para simular o

abandono desse princípio e enganar espíões da Inquisição, os cristãos-novos inventaram as alheiras, hoje típicas da região de Trás-os-Montes. São embutidos à base de carne de vitelo, pato, galinha, peru, coelho - e nada de porco. Após algumas horas de defumação já podem ser consumidos. Os espíões surpreendiam cristãos-novos e suas famílias se deliciando com as alheiras e achavam que comiam um embutido feito com carne de porco.

Foto 10: Ruína localizada nos arredores de Cimbres com estrela de seis pontas.



Fonte: Tarso (2019)

Outra questão notada durante as visitas feitas a Cimbres é a presença da estrela de seis pontas na entrada de ruínas. Silvia de Toledo Gomes, no artigo *A estrela de Davi estilhaçada: uma leitura do Museu Judaico de Berlim de Daniel Libeskind*²⁹ realiza um estudo sobre a iconografia da estrela de seis pontas ou estrela de Davi.

A estrela de Davi enquanto signo possui uma significação relacionada a sua estrutura formal de duplo triângulo, com um dos triângulos de base voltada para cima e outro triângulo de base voltada para baixo. O triângulo sozinho significa “concretização” ou “materialização” e o ato de duplicá-lo ou aglutinar dois triângulos reafirma tal conceituação, o que vai de acordo com a definição cristã-judaica “a estrela de Davi (chamada de Escudo de David), é um símbolo real, um selo de realeza representativo do reinado de David sobre a Terra, e por extensão do futuro Reino Messiânico sobre a Terra.

A análise de Silvia de Toledo está contextualizada dentro dos estudos sobre o projeto arquitetônico do Museu Judaico de Berlim, projetado por Daniel Libeskind. Ele é um

²⁹ Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/273> Acesso em 09 de outubro de 2019.

arquiteto judeu-polonês, filhos de sobreviventes do Holocausto. Silvia de Toledo considera que:

Ao estilhaçar a forma desta estrela, ele transforma sua significação e o signo passa a ser símbolo. Mas, símbolo de quê? Pode-se interpretar este ato de diversas formas, no entanto, manteremos nossa linha de raciocínio no contexto do Holocausto, acreditando que a estrela de Davi fraturada representa um sentimento de revolta quanto à barbárie sofrida pelos judeus, representa a necessidade de se explicitar o fato sem eufemismos. Assim, o assassinato dos judeus pelos nazistas é simbolizado pela quebra do signo mais representativo daquela cultura, como um grande choque, de onde partem os “estilhaços” que seguem marcando todas as faces do edifício, mantendo sempre presente a memória de um momento impactante.³⁰

É preciso esclarecer que não é possível reduzir o uso de uma simbologia a um só prisma. Quando falamos em vestígios de processos migratórios, estamos entrando em um contexto preenchido por complexidades. No entanto, é a análise destes veios mostrados/marcados por estes vestígios que podem conduzir o trabalho do historiador a um lugar de entendimento. Diante do exposto, podemos entender então a simbologia da estrela de Davi como algo de profundo eco na cultura judaica. Assim como o arquiteto judeu Daniel Libeskind a usou para demarcar um edifício importante emocionalmente para o seu povo, levantamos a possibilidade de que cristãos novos criptojudéus tenham feito uso da mesma estrela de seis pontas para sinalizar uma presença e resistência silenciada.

³⁰ Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/273> Acesso em 09 de outubro de 2019

Capítulo III - Resquícios da fé, fragmentos da história.

3.1- Visita técnica de arqueólogos e historiadores ao Sítio Arawi 1.

No estudo aqui apresentado entendemos que diversos costumes dos judeus foram incorporados por outros povos que não necessariamente eram judeus e não passaram a ser judeus por compartilhar alguns hábitos. No entanto, percebemos ainda, que menosprezar por completo os rastros deste povo, em certas ocasiões quase que diluídos dentro de outros povos, é contribuir para a continuação das perseguições das quais eles têm sido vítimas no desenrolar da história.

A importância dos depoimentos dos moradores da Vila de Cimbres, na tentativa de revisitação do seu passado, são tão valiosos para esclarecimento de suas origens quanto seria sua história escrita. Bosi (2009, p.54) observou, a partir dos ensinamentos de Halbwachs, “que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Temos, então, que a memória é constituída de elementos individuais e coletivos, e é no âmbito do relacionamento com o outro que ela vem à tona com maior clareza. Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos, também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com a memória deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006,p. 39).

No entanto, torna-se necessária a atenção aos depoimentos observando se eles conversam com os indícios históricos ou se representam apenas construções fantasiosas. Este não é um terreno fácil para o historiador, pois como julgar as memórias alheias? Ecléa Bosi (2009) considera que as memórias dos anciões, especificamente neste caso, são reelaboradas tendo em vista um conjunto de interesses pessoais e coletivos, que engendram a ideologia do momento, uma vez que pode deixá-los mais confiantes, e torná-los membros atuantes da comunidade, ou seja, serem reconhecidos pela importância da sua participação histórica em um dado evento.

Pode-se então dizer, segundo a autora, que a memória desempenha papel preponderante na afirmação desse homem social e que a memória pessoal, juntamente com a coletiva, pode ajudar a compor o quadro do passado.

Neste sentido, objetivando compreender o processo de ocupação da região estudada (agreste, ou mesorregião como também é conhecida, por estar situada entre o sertão e a zona da mata/litoral) pelo maior número de perspectivas possíveis, foi iniciada a confecção de um levantamento que tem por finalidade sistematizar as informações levantadas em fontes escritas, considerando os diversos indícios de vestígios arqueológicos, que possam dar informações acerca do modo de vida dos sujeitos históricos daquela localidade e os demais indivíduos que com eles estabeleceram algum tipo de relação durante suas existências.

Diante deste contexto, a equipe de arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através do Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (NEPARQ), realizou uma caminhada sistemática intensiva por toda a extensão do terreno de uma das propriedades com maior indício de possibilidades da presença de Cristãos-Novos na região entre a Vila de Cimbres e Pesqueira. A propriedade escolhida hoje tem o nome de Arawi (serrinha, no dialeto indígena Xukuru) e atendeu as demandas estabelecidas para esta pesquisa. As prerrogativas consistiam em que a área escolhida: fosse cenário de histórias contadas pelos moradores locais - cujas memórias de alguma forma reverberassem em legados judaicos -, tivesse sofrido poucas interferências nas últimas décadas, estivesse localizada entre Cimbres e Pesqueira, apresentasse resquícios de habitações e os proprietários ou responsáveis fornecessem livre acesso aos pesquisadores. Diante disto, escolheu-se a área hoje correspondente à pousada Arawi.

O principal intuito da visita técnica era identificar as possíveis ocorrências ou concentrações de vestígios arqueológicos em superfície, o que de fato ocorreu. Todos os vestígios arqueológicos identificados foram georrefenciados, registrados e mantidos no mesmo local, a fim de possibilitar mais informações para as atividades mais intensivas e sistemáticas que venham a ser realizadas posteriormente. A área está situada na Serra do Ororubá, mais precisamente em uma das encostas cujo relevo apresenta uma espécie de platô entre duas elevações.

Foto 11: Prospecções nas vertentes do sítio Arawí



.Fonte:Acervo do Neparq/2018

Essa região apresentou uma vegetação arbórea arbustiva, contendo alguns indivíduos cuja altitude chegou a 12m de altura como, por exemplo, cajazeiras, pitombeiras e mamoeiros que foram identificados durante o processo de levantamento.

Também foi encontrada a locação de um parreiral com a plantação uva, laranjeiras, limoeiros, pitangueiras, bananeiras, entre várias outras árvores frutíferas. A existência deste pomar reforça as questões ligadas à produtividade e fartura na Serra do Ororubá. Além disso, uma grande quantidade de eucalipto também pode ser encontrada nesta localidade. Foi possível identificar indivíduos vegetais herbáceos, cujas alturas chegaram a 4m, dentre eles: aveloz, cidreira, capim santo, angico, cansanção, entre outras. Existe na propriedade várias cactáceas, dentre elas: macambira, facheiro, mandacaru, coroa de frade, rabo de raposa, unhas de gato e vários outros indivíduos vegetais.

3.2- Vestígios arqueológicos no Sítio Arawi 1- Cerâmicas

Na área foi possível identificar uma plantação de milho a qual possivelmente fora realizada recentemente, já que a mesma estava com o máximo um metro de altura. Contudo, esse fato possibilita o melhor entendimento da incidência ou do afloramento de vestígios

arqueológicos, já que para arar o solo para o plantio o mesmo precisou ser revolvido e isso certamente acabou aflorando os vestígios arqueológicos.

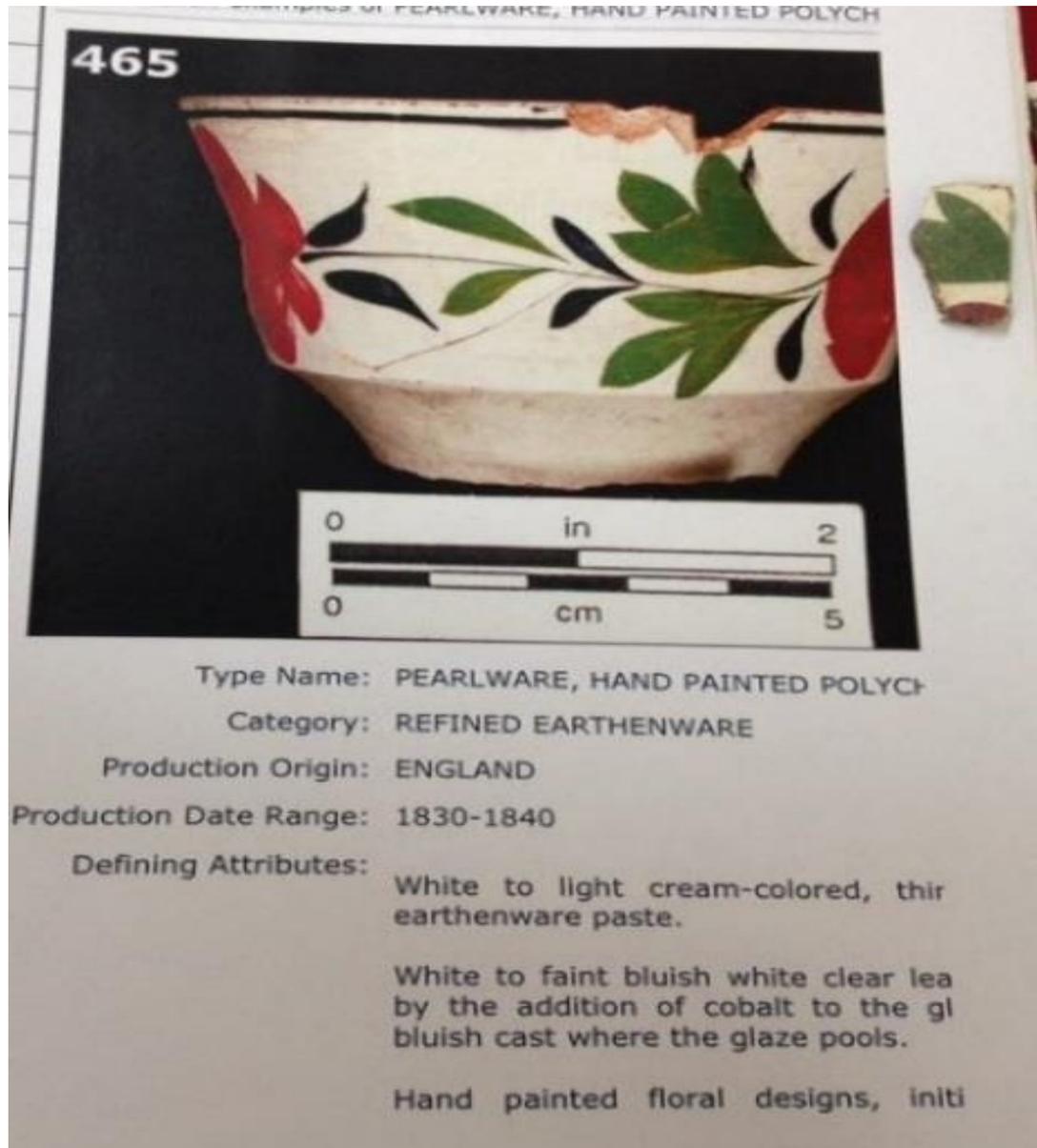
Foto 12: Tomada geral da plantação de milho na área do sítio Arawí 1.



Fonte:Acervo Neparq/2018

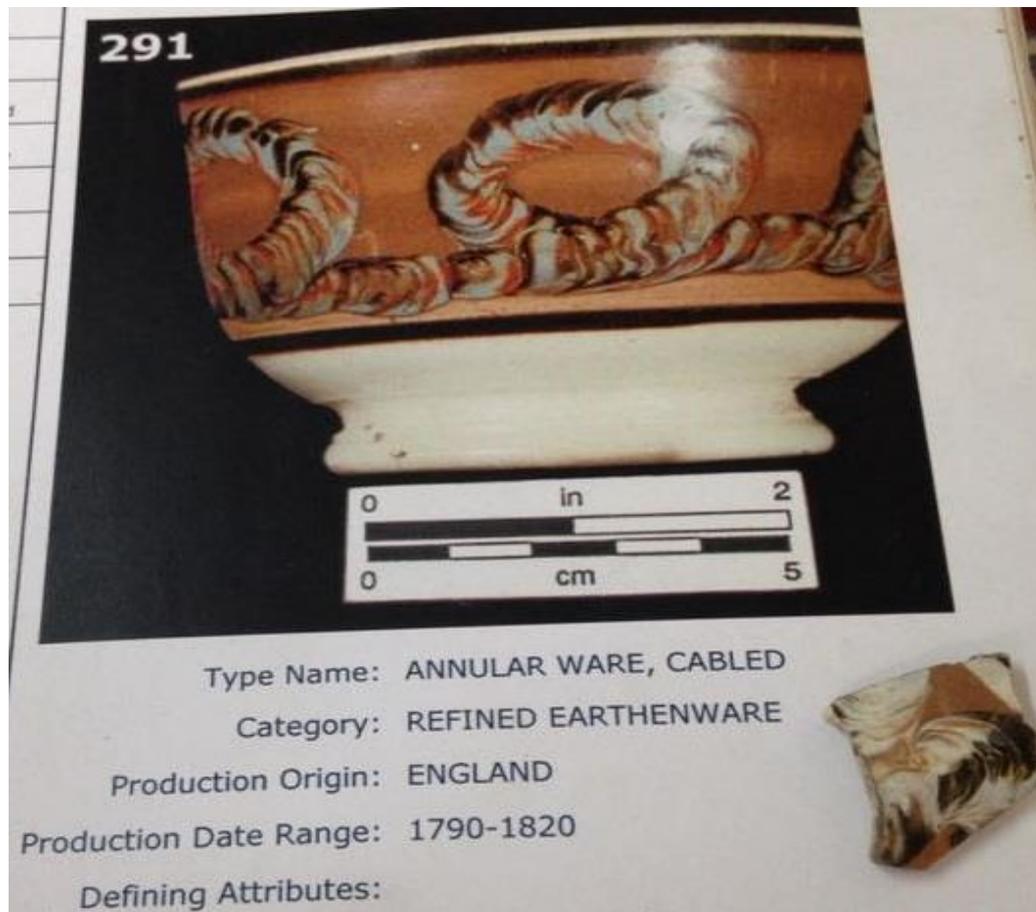
Dentre os vestígios arqueológicos que puderam ser identificados pela equipe de arqueologia em meio à plantação de milho, destacam-se fragmentos de borda/bojo cerâmico com lábio extrovertido, fragmentos de bojo cerâmico engobado, além de cerâmica vitrificada, louças históricas, vidro e grés posteriormente catalogados.

Foto 13: Fragmentos de porcelana de uso doméstico encontrada na área da pesquisa de fabricação inglesa, com produção entre 1830 /1840, conforme catálogo.



Fonte: Acervo Neparq/UFRPE

Foto 14: Fragmentos de porcelana de uso doméstico encontrada na área da pesquisa de fabricação inglesa, com produção entre 1790 /1820, conforme catálogo.



Fonte: Acervo Neparq/UFRPE

3.3-Vestígios arqueológicos Sítio Arawi 1 - Ruína

Caminhando cerca de trinta metros a oeste da plantação de milho, foi possível identificar a estrutura de uma casa em ruínas, cujas paredes se encontram quase todas tombadas, restando apenas as estruturas das paredes que deram sustentação à parte da frente da casa. Essa estrutura apresentou uma configuração bastante peculiar, pois suas paredes foram feitas de pedras, com uma camada de material argilo-arenoso que servia como argamassa para então dar a liga entre as pedras e consolidar assim as paredes, muito embora em vários locais não se fez possível identificar a presença de argamassa, mas só de arranjos de pedras graníticas na confecção das paredes.

Foto 15: Detalhe da construção das paredes de pedra na área da ruína. Vista sul.



Fonte:Acervo Nepar/2018

Outra atividade desenvolvida nessa localidade foi a confecção de uma prospecção arquitetônica nas estruturas das ruínas, a fim de poder encontrar elementos que dessem indícios de como era de fato aquele imóvel, quais interferências naturais ou antrópicas que viabilizaram sua degradação, e por fim quais as demais informações podem ser obtidas com essa etapa da atividade.

Diante deste contexto, foi possível identificar na estrutura atual que a casa possui um comprimento de 15,5m de comprimento, 6,9m de largura e a parede mais alta apresentou 1,7m de altura. Detinha um conjunto formado por quatro degraus na porta dos fundos e tinha a estrutura da base cerca de 1m acima do nível do solo natural. Na parte interna, foi possível identificar a presença de fragmentos de ladrilho cerâmico, os quais podem ter sido utilizados no chão, mas também foram vistos alguns pontos de cimento liso em parte do piso da estrutura. Trata-se, segundo Marcella Gusmão, arquiteta e uma das atuais proprietárias da área, das ruínas de uma casa conhecida ancestralmente como “casa do caboclo”.

As únicas memórias relatadas por moradores locais sobre a antiga construção parecem ser, de certa forma, recentes. O senhor Roberto, de 48 anos, nascido e criado naquelas terras, como gosta de dizer, hoje funcionário da Pousada Arawi, conta que:

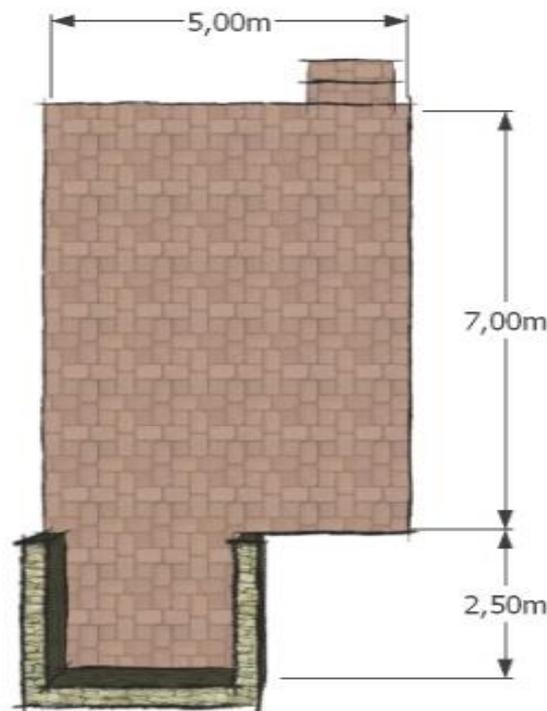
Antigamente, dizem os mais velhos, aqui moravam dois homens brancos. Eles tinham umas rezas estranhas e eram muito escondidos. Ninguém sabia direito o que eles faziam aí. Tinha o terreiro e às vezes tinha festa, mas isso já foi depois desses dois homens. Essas festas já eram coisa dos caboclos. Não foram esses dois homens que construíram essa casa não. Quem construiu essa casa? Ninguém sabe, mas depois desses homens, quem morou nela foram caboclos que dançavam no terreiro.

Baseados na fala do senhor Roberto, podemos supor que a casa já existia quando passou a ser de uso destes dois homens expressamente citados como brancos, talvez em uma tentativa de identificar que não eram índios ou negros. Podemos entender também que eram pessoas que rezavam em um idioma não reconhecido pelos locais, que ambos eram discretos e que, provavelmente, após estes, a casa ainda serviu de moradia aos ditos caboclos que dispunham do plano terreno próximo a casa e lá fizeram um terreiro para suas festas. Quando perguntado ao senhor Roberto o que eles identificam como “caboclos”, ele respondeu:

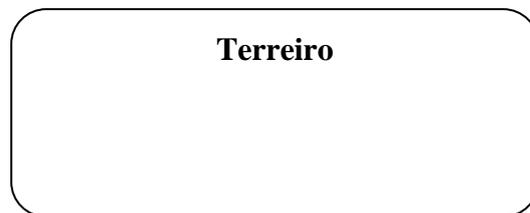
Caboclos são os índios aqui da serra. Alguns são índios “puros”, outros são misturados com os brancos que vieram para Cimbres. Mas eu acho que puro mesmo não existe mais não, a gente é tudo misturado.

Segundo Simone Martins (2017), o conhecimento dos detalhes construtivos de um edifício é indispensável à sua análise, mas nunca deve ser dissociado das circunstâncias históricas e sociais. Ainda que o conhecimento objetivo do edifício seja indispensável à sua análise completa, o historiador precisa observar a arquitetura empregada por intermédio de determinados materiais básicos. Ela cita a avaliação da planta do edifício como um passo importante neste processo. No nosso caso, a planta baixa foi elaborada e gentilmente cedida pela arquiteta Marcella Gusmão e adaptada para fins de melhor compreensão.

Planta 01- Planta baixa ruína Arawi.



Fundos da casa. Possível área da cozinha.



Fonte: Colaboração da arquiteta Marcela Gusmão.

Nessa construção, é possível observar a estrutura de alicerces, que é feita de pedra e elevada do solo aproximadamente 60 cm. Observa-se ainda parte do piso, de coloração avermelhada, além de três paredes de pedra que limitam um cômodo separado na face sul da construção. A área de construção possui aproximadamente 40m².

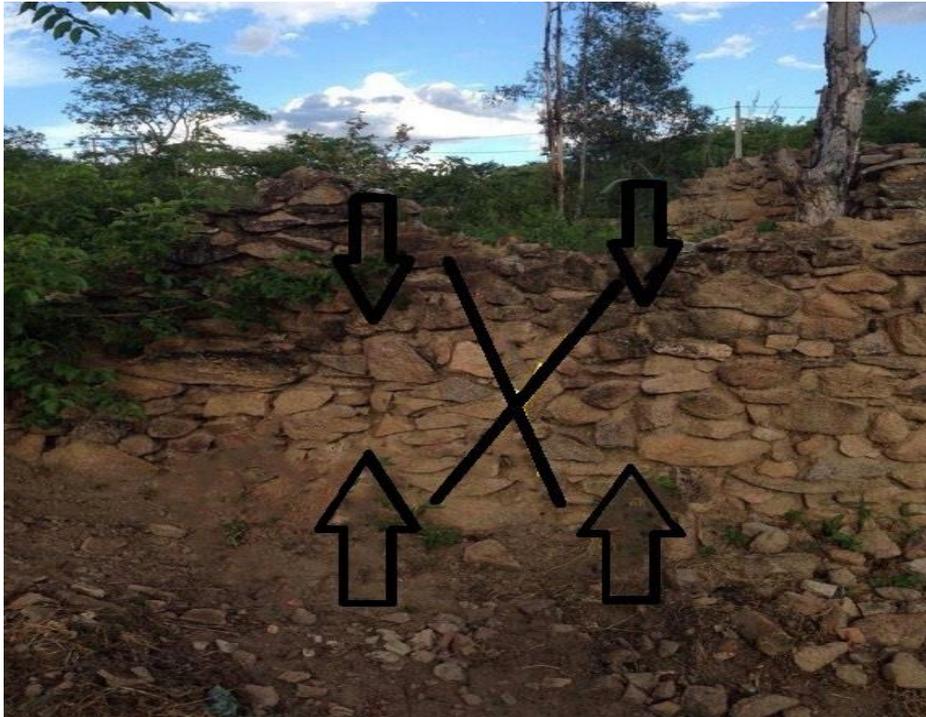
3.3- Vestígios arqueológicos Sítio Arawi 1- Mezuzá

Durante a prospecção arquitetônica foi possível identificar que, na face sudeste da casa, havia marcas ou indícios que informavam sobre a existência de uma espécie de recorte na parede, o qual possuía fortes indícios de entaipamento³¹, o que denotava um cuidado maior em travestir a "localização" e/ou burlar, de certa forma, a existência e definição do local onde

³¹ Fechamento de um espaço na parede com o mesmo tipo de material construtivo do qual a mesma for constituída.

seria a porta. Esta ação de entaipar a porta mereceu a consideração da equipe de pesquisadores já que é a partir da porta que inúmeras simbologias e representações afloram no universo da cultura judaica.

Foto 16: Localização do entaipamento. Ruína Arawi.



Fonte: Lira (2018)

Essa particularidade conduziu a uma investigação minuciosa na estrutura do portal, primeiro com observação e depois com averiguação se a estrutura da parede possuía algum compartimento interno que fosse possível ser identificado sem provocar danos à já frágil ruína. Jane Bichmacher de Glasman (2006, pg. 31) afirma que:

Em casas de descendentes de cristãos novos, vários objetos são encontráveis como Estrela de David, usada em paredes e em jóias (às vezes vista como amuleto); Menorá, candelabro de 7 braços lembrando o do Templo de Jerusalém; Mezuzá ou marcas de prego que sustentavam mezuzot ou até espaços dentro das paredes onde eram mantidas ocultas; Sevivon ou dreidel (pião) usado em Hanuká (Festa de rededicação do Templo sob domínio Selêucida); Kipá (solidéu), podendo variar em cores e formato; Talit (xale de oração); Tefilin (caixinhas pretas com textos bíblicos, com correntes de couro, enroladas em torno do braço e a outra presa à testa). Em alguns casos eram escondidos sob os pés de imagens católicas. Este tipo de esconderijo gerou o costume marrano de “beijar os pés ou a imagem do(a) santo(a)”, como no título do livro de Alexy (1993)³², “A Mezuzá aos pés da Madona”.

³² ALEXY, Trudi. The Mezuzá in the Madonna’s foot. EUA: Simon & Schuster 1993.

Notou-se que na construção da ruína foi usada uma mistura de barro com areia para unir as pedras. Porém, com a ação das intempéries climáticas às quais as paredes ficaram expostas após a queda do teto - o que os moradores locais não sabem precisar quando ocorreu - essa mistura passou por processo de desgaste. Na tentativa de melhor entender a colocação daquelas pedras e como, apesar de praticamente sem o material que as unia, elas ainda mantinham parte da estrutura em pé, notou-se que uma das pedras, precisamente próxima ao portal, estava apenas encaixada.

Cuidadosamente, a equipe retirou a pedra encaixe e percebeu que ela funcionava como uma tranca e, após esta pedra, existia um pequeno vão dentro da parede que guardava um vestígio arqueológico com aparência de invólucro. O invólucro parecia ser um pequeno tubo revestido de cera, de aproximadamente dez centímetros, com conteúdo ignorado. A primeira possibilidade levantada foi tratar-se de um ex-voto. Segundo Mário de Sales Houaiss (2001, pg.1294), o vocábulo ex-voto origina-se do latim, cujo significado pode ser o pagamento de uma promessa.

Foto 17: Vista externa da Ruína Arawi



Acervo: Lira (2018)

Ex-voto é então uma representação de uma parte do corpo humano ou objeto de necessidade do devoto (casa, carro, trabalho) que pode ser feita em madeira, tecido, cera, barro, gesso ou papelão e que significa essa materialização do compromisso por meio da fé

entre o devoto e o Sagrado. Segundo Paula Mota³³ a prática do ex-voto é bastante antiga e sua história emerge da antiguidade, quando, por exemplo, os guerreiros penduravam as armas após os combates e os doentes curados depositavam esculturas de pedaços do corpo, feitos de barro, nos templos de Delfos (Grécia) e de Diana (Roma).

Este costume de depositar os ex-votos depois de conseguir vencer os males ou as dificuldades ainda é comum em alguns lugares de peregrinação e pode ser observado com facilidade, por exemplo, no Nordeste do Brasil. Os episódios com ex-votos geralmente ocorrem quando o crente se depara com momentos de insegurança, desespero, dor, ausência das soluções humanas. Daí se recorre ao Sagrado e se realiza a promessa. Em diversas culturas, como a greco-romana e a hebraica, encontra-se registro desse tipo de relação com o ser divino³⁴.

Foto 18: A seta amarela marca para o local onde foi encontrado o invólucro



Fonte: Lira (2018)

³³ MOTA, P., “Estresse lota de ‘cabeças’ sala de fiéis”, Folha de São Paulo, 14/07/1996, p. 5.

³⁴ 13 Cf. Gn 28,20; Nm 21,2; Jz 11,30; 1Sm 14,24; 1 Sm 1,11; At 18,18;

Foto 19: Local onde foi encontrado o vestígio arqueológico.



Fonte: Lira (2018)

O vestígio arqueológico encontrado tratava-se de um objeto cilíndrico semelhante à forma de um pergaminho, medindo (em curva) 10,5 cm, pesando 7,0 gramas. Após a retirada, deu-se ciência do achado aos proprietários da área representados pelo Professor Saulo de Tarso, que a convite da equipe técnica acompanhava os trabalhos. Mediante autorização destes, o documento foi encaminhado para a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Foto 20: Documento arqueológico encontrado dentro da Ruina Arawi.



Fonte: Lira (2019)

No dia 09 de junho de 2018, nas dependências do NEPARQ, o Professor Sandro Vasconcelos, pertencente ao quadro de profissionais do Museu da Cidade do Recife, iniciou um complexo processo de abertura do invólucro para análise do material - ação que foi acompanhada pela equipe do laboratório, pesquisadores envolvidos no trabalho, proprietários da área onde o documento foi encontrado e as Professoras Ana Lúcia Nascimento e Suely Luna que coordenaram todo o processo. Lavrou-se ata ao fim dos trabalhos que seguiu assinada por todos.

O trabalho iniciou-se com o aquecimento da primeira camada, constituída por parafina. A parafina é um derivado do petróleo, possui propriedades termoplásticas e de repelência à água e é usada amplamente para a proteção de diversas aplicações. Podemos considerar que, por suas características, a parafina é um inteligente agente de impermeabilização, além de ser um dos raros produtos que serviriam para este fim disponíveis nos séculos XVII e XIX. É ainda oportuno ressaltar que, caso estejamos falando de um vestígio arqueológico ligado a comunidades criptojudas, haveria ainda o fato de que os judeus acendem velas religiosamente durante o período do Shabat.

Foto 21: Retirada da camada de parafina.



Fonte: Acervo Neparq

Com a retirada da camada de parafina, constatou-se haver uma segunda camada protetora do documento. Esta era constituída de papel não classificado, com aparência que em muito recordava os papéis usados em antigos álbuns fotográficos com o intuito de intercalar uma página de outra.

A terceira camada de proteção, a contar de fora para dentro, era constituída por papel de coloração amarelada e com alto teor de celulose.

Foto 22/ 23- Retirada da segunda e terceira camada protetora.



Fonte: Acervo Neparq

Com a retirada desta última camada de proteção, foi possível notar o conteúdo do invólucro. Tratava-se de uma mezuzá - documento já especificado neste trabalho - cuja autenticidade foi outorgada por dois Rabinos convidados a posterior para análise do documento.

Foto 24/25 -Abertura do documento.



Fonte: Acervo Neparq

Foto 26/27 Rabinos Gilberto Ventura e Haim Amsalem, 13 de Julho de 2018, validação da mezuzá.



Fonte: Acervo Neparq

3.4- Estrutura de uma possível Mikvê e seus desdobramentos

Na mesma área onde se localiza a ruína, sendo aproximadamente 35m a oeste, foi possível se identificar uma estrutura de tijolos cerâmico com 90 cm de profundidade, 1,9m de largura e 2,4m de comprimento. Ela estava cheia de água e, segundo os proprietários da área, nunca seca, o que leva os pesquisadores a pensarem na possibilidade de ser um possível mikvê - estrutura ou elemento que também está relacionado com a cultura judaica, mais precisamente durante o processo de purificação praticado pelos Judeus.

Foto 28: Tomada geral do poço (Mikvê). Vista Leste



Fonte: Acervo Neparq 2018

Foto 29: Detalhe do perfil Norte do poço (Mikvê).



Fonte: Acervo Neparq 2018

Um pouco abaixo do nível do poço é possível identificar a estrutura de uma contenção, que possivelmente fora posta para dar uma melhor vazão à água que advinha do poço ou até

mesmo das águas das chuvas, já que nesse local específico é possível encontrar uma espécie de cabeceira de drenagem.

Foto 30:Área de contenção na cabeceira de drenagem no sítio Arawí 1



Fonte: Acervo Neparq (2018)

Dada a natureza de investigação da presença de cristãos-novos judaizantes naquela região, levantamos a possibilidade da estrutura em forma de poço tratar-se, na realidade, de uma possível Mikvê. De acordo com o site Chabat.org, uma Mikvê (ou Micvê) é assim descrita:

A Torá descreve o processo de purificação, ordenando que a pessoa impura faça uma imersão num micvê. Uma micvê é uma piscina especial de água, com um tamanho específico. Sua água deve vir de uma fonte natural: chuva ou nascente. Depois que uma pessoa impura mergulha num micvê, ela se levanta como uma nova criação; purificada e preparada para servir a D'us. Um micvê tem que ser construído no solo ou como parte integrante de uma construção. O micvê precisa ter um mínimo de 760 litros de água de chuva acumulada e para ele canalizada de acordo com leis muito precisas. Em geral, o observador pouco atento só perceberá uma piscina - a que é utilizada para a imersão. Na verdade, a maior parte dos micvaot é composta de duas, às vezes três piscinas adjacentes. A água da chuva é armazenada numa piscina, enquanto que a água da piscina adjacente, a da imersão, é trocada com regularidade. As piscinas possuem uma parede comum com um orifício de pelo menos 5,08 cm de diâmetro. A comunicação ou contato das águas das duas piscinas faz com que a de imersão seja uma extensão da água de chuva natural, dando à da imersão o status de micvê.

Os principais usos do Mikvê são: 1- por mulheres judias para atingir a pureza ritual após a menstruação ou no parto. 2 - por homens judeus para alcançar a pureza ritual como parte de um processo tradicional de conversão ao judaísmo de utensílios usados para alimentação.

No judaísmo ortodoxo estes regulamentos são geralmente firmemente seguidos e, conseqüentemente, a Mikvê é fundamental para uma comunidade de judeus ortodoxos, o mesmo também é mantido formalmente pelo judaísmo conservador. A existência de um Mikvê é considerada tão importante no judaísmo ortodoxo, que uma comunidade ortodoxa precisa construir um Mikvê antes da construção de uma sinagoga e deve-se ir ao extremo de vender rolos da Torá ou mesmo uma sinagoga, se for necessário, para fornecer o financiamento para a construção do mesmo.

Foto 31: Estrutura de uma possível Mikvê, cercada por muros de pedras na propriedade Arawi.



Fonte: Acervo Neparq/ UFRPE

Outro elemento bastante interessante identificado pela equipe de arqueologia diz respeito a uma estrutura comprida de cerâmica, com formato semicircular, acoplada a outra e fixada a partir de uma camada de argamassa. Essa estrutura em forma de calha cerâmica foi identificada em várias partes da propriedade, mas em alguns momentos se fez possível identificar a sua estrutura com mais detalhe, bem como o contexto em que a mesma estava inserida.

Analisando as configurações naturais da área em que a calha cerâmica foi construída e/ou montada, logo se chega à possível inviabilidade de se instalar tal feito. Primeiro porque o relevo apresenta uma certa abrupticidade em seus declives, depois porque certamente seria muito oneroso e ousado por em prática tal projeto, uma vez que teria que se fazer um trabalho de contenção e, de fato, isso foi feito.

Foto 32: Parte da estrutura de contenção, com detalhe da calha instalada ao centro.



Fonte: Acervo Neparq (2018)

Caminhando em um dos pontos onde foi possível identificar o afloramento da calha cerâmica foi possível identificar que para o projeto da calha se tornar viável foi possível realizar uma rota de consolidação em todo o trajeto da Serra. Esse projeto de consolidação contemplou uma área em que o declive viesse a ficar muito suave e que a calha pudesse correr em uma espécie de “estrada” que media 1,4 a 1,8m de largura.

Foto 33: Fragmentos de calha cerâmica.



Fonte: Acervo Neparq (2018)

Na ilustração abaixo, podemos identificar a localização da possível Mikvê muito próxima da ruína estudada. Uma linha amarela perpassa as construções até chegar à outra ruína também citada neste trabalho, a que possui uma estrela de seis pontas. A linha em amarelo representa todo o trajeto formado pelas calhas rudimentares que parecem compor um audacioso sistema de canalização de água.

Ilustração 01- Pontos citados na pesquisa.



Fonte: Tarso (2018)

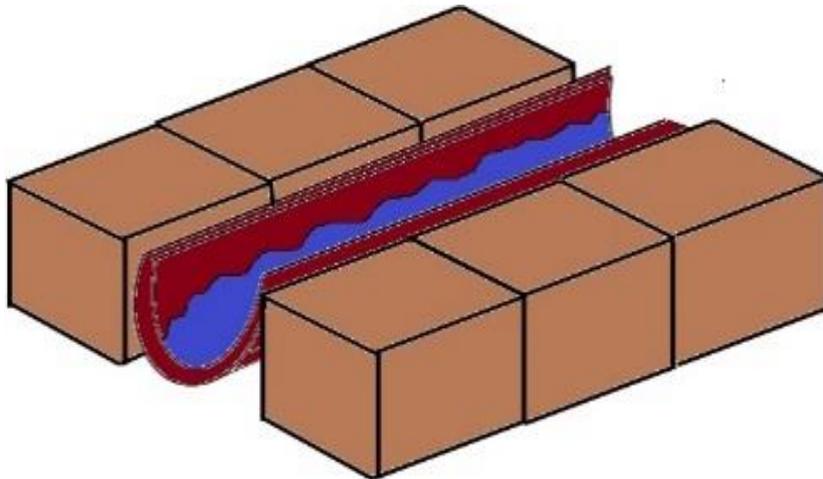
O sistema de canalização é formado por calhas de barro, aparentemente feitas à mão e é constituído de uma calha curva de barro encaixada entre dois tijolos. Esse sistema levaria água por gravidade de uma extremidade a outra da área assistida. Já foi identificada pelos proprietários uma extensão de aproximadamente 800 metros de área coberta por este sistema de calhas.

Foto 34: Estrutura das calhas



Fonte: Tarso (2018)

Ilustração 02- Formação Do Sistema De Calhas Encontradas Na Região.



Fonte: Acervo dos proprietários da Arawi.- Representação gráfica do funcionamento do sistema de canalização de água. Uma calha curva de barro encaixada entre duas linhas de tijolos de barro.

A lei Mosaica diz que quando um mikvê é formado por uma quantidade mínima de água natural, pode-se acrescentar água encanada.³⁵ Sendo assim, a presença do sistema de calhas reforçou a possibilidade de tratar-se de uma construção com finalidade religiosa.

A construção que aqui identificamos como possível Mikvê foi notada, segundo os proprietários, logo após a compra do terreno há cerca de 30 anos atrás. Possui como dimensões: 1,8m de frente, 3,0m de largura e 0,80m de profundidade. Com estas dimensões, a capacidade máxima de armazenamento de água da estrutura é de 4.320 litros. Considerando esses números, dadas as situações de seca da região, mesmo que a estrutura tivesse apenas com um quarto de sua capacidade de armazenamento, ainda assim atenderia a capacidade mínima para uma imersão que é de 760 litros de água, segundo as determinações religiosas.

A construção foi feita de forma bastante uniforme e cuidadosa, utilizando pedras, tijolos e uma espécie de massa cujos compostos ainda não foram determinados. O formato da construção se difere de outras cacimbas ou poços da região por ser quadrada e não circular.

Toda a área na qual estão localizadas as ruínas da casa e a possível Mikvê é cercada por paredes de pedras que promovem isolamento visual da estrutura. Esta necessidade, caso estejamos falando realmente de uma Mikvê, não se deve só por questões de pudor e sigilo, mas é interessante notar que há diversas lendas que povoavam o imaginário do judeu do século XIX. Uma delas diz que aquilo que uma mulher vê ao emergir de seu banho pós-menstrual no mikvê irá influir na criança que ela vier a conceber durante as relações conjugais daquela noite. Se deparar um cão, a criança terá um rosto feio, com feições caninas, se for um burro, será estúpida, se for um homem ignorante, será ignorante³⁶.

³⁵ Fonte: <https://herancajudaica.wordpress.com/2014/04/29/mikve/>

³⁶ Allan Unterman, Dicionário de Lendas e Tradições – Jorge Zahar Editor.

Foto 35: Muro de pedra que cerca a possível Mikvê. Propriedade Arawi.



Fonte: Lira (2018).

Contudo, para o melhor entendimento do contexto em que o sítio Arawí-1 está inserido, se fez necessário a expansão da prospecção para as demais áreas da propriedade, e assim foi feito. Foi realizada a descida pela vertente oeste da Serra, onde foi possível identificar inúmeros fragmentos de cerâmica utilitária, bem como vários outros fragmentos de calha cerâmica, as quais possivelmente devem ter rolado da parte mais alta do morro, já que em vários trechos se faz visível a erosão que acometeu essa estrutura. Conseqüentemente, o material foi carregado/rolado pela força das chuvas e então depositado em vários níveis das vertentes.

Chegando ao sopé da serra, mais precisamente na face noroeste, a equipe de arqueologia do NEPARQ se deparou com uma cabeceira de drenagem, na qual perpassa boa parte da água advinda da serra. Essa água carregada possivelmente deve ter uma grande força durante seu processo de deslocamento, pois foi possível identificar diversos meandros durante o curso d'água, que apesar de estar seco, denota a deposição de diversos vestígios que poderiam estar ligados à parte mais alta da serra.

Dentre os vestígios encontrados nesses meandros foi possível identificar fragmentos de telha histórica, tijolos, além de louças e uma grande quantidade de fragmentos de quartzos leitoso e róseo, que certamente merece ser melhor investigada

Além dos meandros, os lajedos de pedra arenítica que formam parte da base dessa cabeceira de drenagem, também tem muito a informar, já que os vestígios arqueológicos muitas vezes foram depositados entre os espaços existente entre os lajedos ou até mesmo sobre eles. Os vestígios fragmentados apresentam uma espécie de “canjicado” ou aglomerado de fragmentos que durante muito tempo foram utilizados para preencher cavidades existentes durante a confecção das casas e vivendas no período colonial.

Foto 36: Detalhe da deposição de um canjicado sobre um lajedo no sopé da serra.



Fonte: Acervo Neparq (2018)

Durante a realização da prospecção na cabeceira de drenagem (sentido oeste, da parte mais alta para a mais baixa) foi possível identificar a estrutura de uma barragem de contenção, a qual fora utilizada pela antiga fábrica Peixe e que mantém suas paredes ainda edificadas. Trata-se de uma estrutura com 11,4m de comprimento, com uma altura de 1,6m, e aproximadamente 75cm de largura, a qual fora feita com blocos graníticos de paralelepípedo, conectados e revestidos com a sobreposição de argamassa, sendo a mais atual feita com cimento.

Outras estruturas puderam ser identificadas ainda nessa localidade, as quais apresentaram características bem peculiares em suas estruturas. Primeiro, porque foi possível identificar em uma das ruínas que havia sobreposição de elementos construtivos na estrutura da casa, o que denota uma ressignificação do espaço e conseqüentemente sua utilização e manutenção durante períodos cronológicos diferentes.

Depois, porque a mesma parede em que, num determinado momento histórico, fora construída como embrechamento de pedras, as quais eram “amarradas” com uma espécie de argamassa arenosa, posteriormente recebeu um revestimento de cimento alisado, que após terem sido pintados, formam uma espécie de engobo na estrutura. Ou ainda a cerâmica pintada que identificada no interior da ruína, mas que foi posta em cima do antigo piso da estrutura, que era feito de ladrilhos cerâmicos.

Foto: 37:Piso de cimento pintado sobreposto ao ladrilho cerâmico.



Fonte: Acervo Neparq (2018)

Ainda dentro do contexto das ruínas próximo à cabeceira de drenagem, foi possível identificar inúmeros fragmentos de telhas históricas, materiais construtivos, tais como tijolos e argamassa, além de fragmentos de tijolos com a marca de produção, os quais possivelmente

foram utilizados durante o período em que estava funcionando a Fábrica Peixe ou até mesmo em períodos mais remotos.

Foram identificados ainda estruturas de tijolos que formavam uma espécie de base para locação dos postes de iluminação da fábrica Peixe, onde foi possível verificar alguns ainda locados nessas estruturas, mas que hoje se encontram desativados do ponto de vista operacional. Entretanto, guarda consigo a imensa importância de reproduzir a memória de sujeitos históricos que estabeleceram de algum modo a relação com aquela configuração geográfica.

Foto 38: Fragmento de tijolo com marca de produção.



Fonte: Acervo Neparq (2018)

A Indústria Carlos de Brito, conhecida como Fábrica Peixe, surgiu em 1898 na cidade de Pesqueira e foi a primeira unidade industrial instalada no Nordeste. Fundada por Maria da Conceição Cavalcanti de Brito (Dona Yayá), esposa do Senhor Carlos de Brito, iniciou suas atividades com dois tachos de cobre nos quais eram feitos doces de goiaba. Em 1904, ela comprou tachos a vapor de fabricação inglesa e mecanizou a produção, contratando dezenas de operários. Em 1910, a Fábrica Peixe recebeu, na Bélgica, o Grande Prêmio da Exposição Internacional de Bruxelas, tornando-se uma das maiores indústrias do Brasil. Nesta altura, produzia além dos doces e compotas, sucos e uma diversidade de enlatados como ervilha e milho em conserva, pêssego em calda, ketchup, extrato de tomate, entre outros. Pelas décadas de 1940/50, entrou em decadência; no início da década de 90 encerrou suas atividades.

3.5- Artefatos de cozinha encontrados na área da possível Mikve

Durante a prospecção foi possível identificar também a presença de elementos que podem ser remetidos ao período pré-colonial, como por exemplo, um fragmento de bojo cerâmico alisado, cuja pasta apresentou uma heterogeneidade no que diz respeito à granulometria e a composição dos aditivos. Dentre eles foi possível identificar a presença de micaxisto e fragmentos de material arenítico de tamanhos diversos. Além disso, o processo de cozimento desse material provavelmente deve ter sido realizado em “baixas temperaturas”, o que denota a falta de tecnologia no processo da queima, e o que possibilita a integridade da peça após a queima sem que a mesma rache durante o cozimento.

Outra característica importante ainda relacionada ao bojo cerâmico descrito acima diz respeito ao peso da peça, que aparenta ser bem mais leve do que uma outra peça cerâmica ou de louça que obtivesse as mesmas características morfológicas da peça já descrita. Todas essas informações levam a equipe de arqueólogos a entenderem que se trata de um fragmento de cerâmica indígena, e que justamente por isso a área do sítio como um todo carece de uma varredura mais apurada, bem como outros processos de intervenção arqueológica.

Foto 39: Fragmento de cerâmica indígena.



Fonte: Acervo Neparq (2018)

Saindo mais a noroeste da área por onde percorre a cabeceira de drenagem, foi possível identificar cerâmica colonial, louças, além de vestígios metálicos de materiais utilitários como, por exemplo, canecas e penicos bastante utilizados no final do século XIX e

início do século XX. Por fim, a equipe de arqueologia chegou a uma trilha mais a oeste, que era a antiga rota utilizada por comerciantes e religiosas para ter acesso à Vila de Cimbres.

Para melhor contextualizar o entendimento dos possíveis motivos para a presença de cerâmica doméstica nas áreas que cercam a possível Mikvê, é preciso analisar que o povo judeu não considera a cozinha como um local sagrado. No entanto, comer é um ato sagrado, o que atribui especial importância a todos os utensílios de uma cozinha, transformando-os em instrumentos divinos. A lei determina que os objetos de cozinha precisam ser imersos em um Mikvê para serem purificados - uma piscina ritual - antes de serem usados.

De acordo com um parecer do Talmude, esta expressão “será purificado” refere-se a todos os utensílios alimentares que haviam pertencido a um não-judeu, que, devem ser emergidos na água de um “Mikve” judaico, para assim poder usá-los. E aqui não há diferença entre os utensílios usados ou novos, entre os quais são usados com alimentos quentes ou alimentos frios. Todos devem ser “purificados”, da mesma maneira que um prosélito é imerso no Mikve para iniciar uma nova vida, como um judeu.³⁷

Antes de proceder ao mergulho, o judeu certifica-se que o utensílio esteja livre de sujeiras, ferrugem e retira todo vestígio de etiquetas, selos, cola ou qualquer outro produto, e recita a seguinte bênção: “Bendito és Tu, Eterno nosso D’us, Rei do Universo, que nos santificou com Seus mandamentos e nos ordenou sobre a imersão de utensílio(s)”. Este processo de bênção é muito significativo para o povo judeu e pode significar um indício do motivo pelos quais alguns objetos de uso doméstico foram encontrados nas proximidades da possível Mikvê sendo:

³⁷ <https://www.coisasjudaicas.com/2014/07/a-purificacao-dos-utensilios.html>

Foto 40: Garfo feito de ferro encontrado na área da possível Mikve.



Fonte: Lira (2019)

Foto 41: Chave de ferro encontrada na área da possível Mikve.



Fonte: Lira (2019).

Foto 42: Tigela de argila encontrada na área de estudo.



Fonte: Lira (2019)

Foto 43: Verso da mesma peça contendo a inscrição hebraica “Chai” no fundo externo.



Fonte: Lira (2019)

Foto 44: Destaque da inscrição hebraica encontrada na tigela.



Fonte: Lira (2019)

A inscrição foi reconhecida pelos Rabinos Gilberto Venturas (Brasil) e Haim Salem (Israel) como sendo o símbolo judaico Chai(חַי) O Chai é uma palavra em hebraico composta por duas letras: o “chet” e o “yud”. A junção cria a palavra Chai, traduzida como “vida”. Esta palavra é utilizada pelo povo judeu para representar um amuleto de proteção e para que a vida seja cuidada por Deus.

Em 20/11/2017, os artefatos citados foram entregues ao NEPARC – Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (UFRPE) no Recife para futura catalogação e datação. Todos eles foram apresentados em audiência realizada nas dependências do NEPARQ, na data de 13 de julho de 2018, aos Rabinos Gilberto Venturas (Brasil) e Haim Amsalem (Israel) para que sua autenticidade fosse avaliada e a comunidade judaica informada do fato oficialmente.

Foi possível concluir que a área em que está situado o sítio Arawí 1 apresenta um grande potencial histórico-arqueológico, já que em suas estruturas foi possível identificar através de prospecções a viabilidade de diversos locais para se realizar sondagens e escavações, já que a quantidade de sedimento em várias áreas do sítio possibilita tal evento.

Além disso, a possibilidade de se caracterizar a área como um sítio multicomponencial é latente, já que foram identificados fragmentos arqueológicos pré-coloniais, bem como diversos elementos coloniais, ambos inseridos no mesmo contexto, mas que, pelas questões cronológicas, precisam ser compreendidas e contextualizadas cada um a seu modo e a seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível demonstrar como se deu o processo de chegada dos cristãos-novos na capitania de Pernambuco iniciado no século XVI e com desdobramentos até os dias presentes. Observou-se a ocupação territorial, o uso dos espaços, as ressignificações culturais e a interiorização rumo, especialmente, aos Sertões de Ororubá.

Tomou-se como estudo de caso a análise de costumes, documentações materiais e imateriais e vestígios arqueológicos encontrados na povoação da Vila de Cimbres com fundamentos na cultura judaica. A Vila de Cimbres foi considerada, à época do século XVII, XVIII e início do século XIX, como um dos maiores e mais importantes núcleos urbanos do sertão de Pernambuco. A importância da localidade no aspecto socioeconômico e algumas outras características descritas neste trabalho justificam a sua escolha como lócus desta pesquisa.

Partiu-se da identificação de personagens cujas lembranças, genealogia ou costumes demonstrassem elo com os cristãos-novos judaizantes ou não. Averiguou-se se havia conhecimento da origem destas lembranças, destes lugares de memória, e buscou-se compreender as relações socioculturais e socioafetivas, caso haja, que estes personagens mantêm com estes elos.

Identificou-se que a maior parte dos vestígios de origem judaica de natureza material estão concentrados em áreas rurais dentro do antigo território da Vila de Cimbres, por este motivo são pouco vistos e ocupam um lugar de desconhecimento/esquecimento da população. Ainda no campo dos vestígios materiais, verificou-se que grande parte dos indícios documentais capazes de indicar as raízes judaicas daquela população estão concentrados em arquivos que não fazem parte da zona de pesquisa da maioria dos trabalhos científicos encontrados sobre a região. A temática mais frequente em tais trabalhos versa sobre os povos pré-coloniais (indígenas), seus conflitos e trajetórias, citando os colonizadores apenas como “o branco”. Arquivos da Torre do Tombo (Portugal), por exemplo, não fazem parte do arcabouço a ser pesquisado no estudo da temática indígena local. Desta forma, há um grande precipício entre os habitantes locais e o conhecimento dos fatos que poderiam despertar a atenção para a real natureza de suas possíveis origens judaicas.

Verificou-se que diversos costumes locais reverberam na cultura judaica, sendo porém vividos sem conhecimento claro de suas origens. Dentro deste contexto de esquecimento de

origens, podemos ressaltar que esta dinâmica não se dá apenas com as questões judaicas - já que a herança de matriz africana também é praticamente esquecida - apesar de, mediante análise dos inventários de famílias tradicionais locais, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, podermos perceber a presença em número significativo de seres humanos escravizados provenientes de diversas localidades do continente africano habitando os sertões do Ororubá.

Avançando no estudo dos costumes, foram encontrados entre a população relativamente mais isolada da Vila de Cimbres, ou seja, moradores da área rural, costumes intimamente ligados à alimentação, higiene, rituais fúnebres da lei judaica. Não por coincidência, foi também em uma área isolada da mesma localidade que se identificou vestígios arqueológicos com a mesma temática.

Tais vestígios arqueológicos vão desde documentos religiosos como uma Mezuzá, inscrições hebraicas em louças domésticas e estruturas que remetem a uma Mikvê, apontam para um longo e necessário caminho de esclarecimento do passado, sugestionando não só presença judaica na região citada, mas também e principalmente a manutenção de costumes e ritos, mesmo que secretamente. O estudo e datação do material levantado por este trabalho podem suscitar novas descobertas sobre estratégias inteligentemente usados por Cristãos novos judaizantes para que fosse possível a manutenção e partilha do seu modo de viver e crenças entre os seus. Nós nos referimos a um impressionante modo de resistência que, provavelmente, manteve uma mesma comunidade unida e organizada por gerações e deixou seus rastros só agora descobertos.

Realizando análise do estudo aqui apresentado, podemos afirmar que há consistência de indícios da presença de cristãos novos criptojudaizantes na região da antiga Vila de Cimbres e Sertões do Ororubá, como facilmente se percebe na leitura desta pesquisa. Acreditamos ser possível descobertas ainda mais profundas e significativas em um maior espaço de tempo, porém, humildemente, ressaltamos a importância deste nosso trabalho inicial pelo caráter de pioneirismo. Desejamos ardentemente que o presente estudo incentive novas pesquisas e que o caminho aqui começado seja percorrido por outros.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

Ata da Assembleia da Classe Brasileira de 21 de novembro de 1640, artigo 8. In: SCHALKWUK, F. L. Op.cit, p.148.

A primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil; Denúncias e confissões de Pernambuco 1593 – 1595, editado pela FUNDARPE (Fundação de Arte de Pernambuco), Recife em 1984, por José Antônio Gonçalves de Mello

Denúncias do Caderno do Promotor. Inquisição de Lisboa: IAN/TT, Caderno do Promotor 86, fl240. Denúncia contra Capitão Mor do Ororubá João Oliveira Neves. Transcrição paleográfica Sandro Vasconcelos e Ana Lígia Lira.

Denúncias do Caderno do Promotor. Inquisição de Lisboa IAN/TT, Caderno do Promotor 84, fl167. Denúncia contra Bráz Dias. Transcrição paleográfica Sandro Vasconcelos, Luciano Canuto.

O Tribunal Do Santo Oficio: Primeira Visita Do Tribunal Às Partes Do Brasil Bahia E Pernambuco (1591-1595). Halyson Rodrygo Silva de Oliveira. Departamento De História – UFRN. 2015.

Processo de Inventário de Margarida Jacome Beserra, Originário do Cartório de órfãos de Pesqueira, Escrivã Úrsula Maciel, acervo da família. Pag.10-11, 1877.

LIVROS

ABRAHAM, Ben. **De Varsóvia a Entebe**. São Paulo: Sherit Hapleita do Brasil, 1991.

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares De Memória Ou A Prática De Preservar O Invisível Através Do Concreto**. Mariana/MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: Especificidades e abordagens.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARBALHO de Siqueira, Nelson. **Cronologia pernambucana: subsídios para a História do Agreste e do Sertão – de 1713 a 1750.** Recife. Centro de Estudos de História Municipal/ FIAM, 1983.V.7

BLONDEL, C.**Introducción a la Psicología Coletiva.** Buenos Aires: Troquel, 1966.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez E Latino: F-J.** Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1716.

CALADO,Manuel. **O valoroso Lucideno.** Belo Horizonte. Itatiaia,1987.v.1.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993

CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e Cultura.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
_____. **Mouros, franceses e judeus: três presenças no Brasil.** 3ª Edição. São Paulo: Global, 2001.

CERRI, Luis Fernando; FERREIRA, Angela Ribeiro. **Notas sobre a demanda sociais de representação e os livros Didáticos de História.** IN: O livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino. (ORG) Margarida Maria Dias de Oliveira e Maria Inês Sucupira Stamatto. EDUFRN, Natal: 2007

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Lisboa: Difel, 1994.

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais Da Revolução Francesa .** Unesp, 2009.

DEL PRIORE; Mary. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, maternidades no Brasil colônia.** – 2 Ed. – Rio de Janeiro. José Olímpio, 1995.

DINUR, Ben-Zion. **História Judaica: Sua Singularidade e Continuidade.** In: Vida e Valores do Povo Judeu. São Paulo: UNESCO, 1969

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico De Pernambuco.** Rio de Janeiro, 1908.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia E História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 4.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 1985, pp. 186-187

GOULEMOT, J.M. **Da Leitura como Produção de Sentidos.** In Chartier, R. (org.) Práticas da Leitura. São Paulo: Editora Estação Liberdade.1996.

HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico De Pernambuco.** 2ª ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1976

JOHNSON, Paul, **História dos Judeus.** Rio de Janeiro, Editora Imago, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória** (trad. Bernardo Leitão) 2.ed. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP. 1992.

LIPINER, Elias. **Santa Inquisição: Terror e Linguagem.** Um Dicionário da Santa Inquisição. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977,147p.

MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes.** Recife, SUDENE, 1980.

MELLO, José A. G. (Org.). **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1975, v. 1

MUMFORD, Lewis. **Paraíso Paleotécnico: Coketown** In: A Cidade na História. São Paulo: Martins Fontes, 1998. [1961].

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**. A Problemática dos Lugares. In: Projeto História, n. 10. São Paulo: PUC-SP, 1993.

PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2,n.3,1989,p.03-15.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial**. Brasil c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.

RÜSEN, Jörn. **A Razão Histórica: Teoria Da História: Os Fundamentos Da Ciência Histórica**. Brasília: UnB, 2010.

ROSS, James R. **Fragile Branches: Travels Through the Jewish Diaspora**. New York: Riverhead Books, 2000.

UNTERMAN, Alan. **Dicionário Judaico de Lendas e Tradições**, 1. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, 278p.

ZISMAN, Meraldo. **Marranismo no Brasil** - Recife: Bagaço 2005.

Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Introdução e Tradução MELLO, J.A Gonsalves. Op.cit, p.276.

SESMARIAS, Documentação **Histórica de Pernambuco**. Vol1. Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Recife, 1954.Pag. 18.

SILVA, Ana Lúcia Lira. **O Capitão dos Índios** – A história de Manuel Vicente d’Anunciação- Editora Oficina do Livro, Lisboa, Portugal, 2008.

ZANELLI, José Carlos. **Pesquisa Qualitativa Em Estudos Da Gestão De Pessoas**. 2002. 2018.

DISSERTAÇÕES

AYRES, José Gustavo Wanderley. **Sinagogas Do Açúcar: A Presença Judaica No Cabo de Santo Agostinho (1630-54)**. Recife, 2015. 185 f.: il. Dissertação Mestrado em História Social da Cultura Regional- Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de História. Recife, 2014. Pg.17

REPORTAGENS

GOIFMAN, Felipe. **O Retorno do Nordeste Brasileiro ao Judaísmo**. National Geographic Brasil. São Paulo. Edição digital. 11 de 2017. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/fotografia/2017/11/o-retorno-do-nordeste-brasileiro-ao-judaismo>>Acesso em 14/01/2019

ARTIGOS

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais, v. 1, 2004.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. **Menorá de mil braços: variações do criptojudaísmo no mundo português**. Revista Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 11, n. 1, p. 19-33, 2011.

DA SILVA, Wilton Carlos Lima. **Para Além Da Ego-História: Memoriais Acadêmicos Como Fontes De Pesquisa Autobiográfica/Beyond The Ego-History: Academic Memories As Sources Of Autobiographical Research.** *Patrimônio e Memória*, v. 11, n. 1, p. 71-95, 2015.

DE SOUZA REZENDE, Eliana Almeida. **Um ensaio de ego-história.** *Revista Sustinere*, v. 4, n. 1, p. 144-153, 2016

CALVO, Júlia. **Diáspora judaica: os judeus em Minas Gerais.** *Cadernos de História*, v. 9, n. 11, p. 79-88, 2007.

DA SIVA. Antonio Gutemberg O MARRANISMO NA PARAÍBA: ACEITAÇÃO, ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA. Anpuh. 2019. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2019%20-%20Ant%C3%B4nio%20Gutemberg%20da%20Silva%20TC.PDF

DA SILVA, Wilton Carlos Lima. **Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica.** *Revista Patrimônio e Memória*, v. 11, n. 1, p. 71-95, 2015.

DE GLASMAN, Jane Bichmacher. Cristãos Novos na Construção da Identidade Brasileira. **Interagir: pensando a extensão**, n. 10, 2006. pg.31.

DOS SANTOS, João Henrique. **A Inquisição Calvinista: o Sínodo do Brasil e os judeus no Brasil Holandês.** Haia, 2002

DOS SANTOS, João Henrique. **“Aquela Judia Da Paraíba” E O Anti-Semitismo Nas Atas Da Igreja Cristã Reformada No Brasil Holandês (1630-1654).**

EUGÊNIO, Alisson. **Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo.** *Revista Varia História*, v. 25, n. 41, p. 227-244, 2009.

FERRER, Silvaniza Maria Vieira. Os Judeus no Brasil: traços etnográficos de uma herança cultural de longa duração. **Revista Historiar**, v. 2, n. 2, 2010.

GOMES, Silvia de Toledo. **A estrela de Davi estilhada: uma leitura do Museu Judaico de Berlim de Daniel Libeskind** Disponível em : <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/273> Acesso em 13/06/2019

GRUNBLATT, J. *Thinking Kosher*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ou.org/kosher>>. Acesso em: 2019.

HAAG, Carlos. **A liberdade dos judeus no Brasil de Nassau**. Edição 179 jan. 2011 Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/01/31/o-para%C3%ADso-religioso-holand%C3%AAs/> Acesso em 12/01/2019

HOUAISS, Antonio e Villar, Mauro de Salles, **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 1294.

HUGO, Victor, **Formação do governo no Brasil colonial: Regimentos, instruções e patentes de governadores no Rio de Janeiro (século XVIII)**. Simposio Nacional de Historia. Natal- RN. ANPUH

LOPES, J. A. Dias, **A santa comida da Inquisição**, Jornal Estado de São Paulo, 7 de fevereiro de 2003. www.estado.com.br/editorias/2003/02/07/cad044.html

MARTINS, Simone, **Como Analisar uma Obra Arquitetônica**. Sala dos Professores. História da arte. Disponível em : <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/como-analisar-uma-obra-arquitetonica/> Acesso em: 10/03/2019.

MAC CORD, Marcelo. **As Diversas Pontas da Estrela de Davi: Os judeus na história social de Pernambuco- Século XVII-**. Seculum- Revista de História [12]; João Pessoa, jan./jun.2005.

MIELE, Neide. **Revista Lusófona De Ciência Das Religiões** – Ano VII, 2008 / n.º 13/14 – 539-552.

NOVINSKY, Anita. **A Sobrevivência dos Judeus na Visão de Baruch Spinoza: O Exemplo da Paraíba**. Portal Rumo à Tolerância: Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância/LEI [S.I.s.n.], 2006.

RESENDE, Guilherme et al. **Preços De Escravos E Produtividade Do Trabalho Cativo: Pernambuco E Rio Grande Do Sul, Século XIX**. In: Anais do XLI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 41th Brazilian Economics Meeting]. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2014.

REZENDE, Eliana de Almeida Souza. **UM ENSAIO DE EGO-HISTÓRIA**. Revista SUSTINERE, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-153, jan-jun, 2016

ROWLAND, Robert. **Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 11, n. 20, p. 172-188, 2010.

RÜSEN, Jörn. ” **Como dar Sentido ao Passado: Questões relevantes de meta-história**”. Revista história da historiografia, número 02-março, 2009, p. 163-209.

SALAZAR, Jussara Farias de Mattos **A Natureza Da Voz: Há Um Cantar para os Mortos?** INTERSEMIOSE | Revista Digital | ANO III, N. 05 | Jan/Jun 2014 |

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês**. Atas de 1636 a 1648. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, p. 145-284, 1993.

SILVA, Antônio Gutemberg. **O Marranismo Na Paraíba: aceitação, adaptação e resistência**. Programa de Pós Graduação em História, UEPB, Disponível em http://www.anpuhb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2019%20-%20Ant%C3%B4nio%20Gutemberg%20da%20Silva%20TC.PDF Acesso em : 16/01/2019

SILVA, Edson. **Povos Tradicionais, Violência e Conquistados Direitos Étnicos na História.** OS POVOS INDÍGENAS E O AGRESTE: OS XUKURU DO ORORUBÁ.

<http://arquivodepernambuco.blogspot.com.br/p/patrimonio-cultural-povos-indigenas.html>.

Acesso em 15 de 11 de 2018

SILVA, da Edson: Versão da exposição apresentada na Mesa-Redonda Povos tradicionais, violência e conquista dos direitos étnicos na História, VIII Encontro Estadual de História, “Cultura, Cidadania e Violência”, promovido pela ANPUH-PE, no Campus da UFPE/Recife de 1 a 5/12/2008

SILVA, Alex Rogerio, **Capistrano de Abreu e a Reconstrução da Primeira Visitação Inquisitorial a Bahia pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595).**

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 8, n. 1 (jan./maio 2016) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016

SILVA, Jacinto Gezenildo. **RENDAS QUE SE TECEM, VIDAS QUE SE CRUZAM: Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de Pesqueira/PE (1934-1953).** Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História pela UFPE. Orientação do Prof. Dr. Severino Vicente da Silva. UFPE 2013.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida. O cristão-novo Bento Teixeira: cripto-judaísmo no Brasil Colônia. **Revista de História**, v. 44, n. 90, p. 400., 1972.

TOPEL, Marta F. As leis dietéticas judaicas: um prato cheio para a antropologia. **Horizontes antropológicos**, v. 9, n. 19, p. 203-222, 2003.

PORTO ALEGRE, M.S. 1993. Cultura e História, sobre o desaparecimento dos povos indígenas. *Revista de Ciências Sociais*, 23/24(1/2):213-225.

https://www.youtube.com/results?search_query=a+estrela+oculta+do+sertao

Mikvê: O que é? <http://www.chabad.org.br/interativo/FAQ/micveb.html>

DOCUMENTÁRIOS:

Filme **A Estrela Oculta do Sertão**. De Luize Valente e Elainer Eiger. Brasil; 2005. (169 min.) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gM53ECPiMkg> Acesso em: 08 de Outubro de 2019.

GLOSSÁRIO

Anussim- O termo em hebraico significa “filhos forçados”, que designa os descendentes de judeus portugueses e espanhóis que foram obrigados a se converter ao cristianismo pela imposição da Santa Inquisição.

Criptojudeus- Segundo Unterman (1992, p.166) o termo refere-se aos judeus que após a conversão geral “*mantiveram práticas judaicas residuais, como ascender velas na noite de sexta-feira e jejuar na época do Yom Kipur, e até a conservam a tradição de ter uma mezuzá na ombreira da porta dos antigos lares*”.

Cristão-novo – Segundo Lipiner (1977, p.53) o termo “*em oposição a cristão-velho nativo, genuíno, autêntico, o que novamente fora convertido*”. Os que de judeus se tornaram cristãos e os que deles descendem por parte de pai e mãe.

Judaizante – Segundo Lipiner (1977, p.93) se refere aos “cristãos-novos cuja conversão era fingida e que às ocultas conservavam a lei de Moisés, para distingui-los dos outros que sinceramente e conscientemente adoptaram para sempre o cristianismo”.

Marrano- Segundo Lipiner (1977, p.99) se refere a “designação, em geral injuriosa, dada outrora aos judeus que foram tornados cristãos à força, mas continuavam a seguir, ocultamente, os ritos da velha lei”.

Mezuzá- A mezuzá significa “batente da porta”. É um dos objetos ritualísticos que denotam a presença de Deus em um lar judaico. Segundo Unterman (1992, p.174), trata-se de um cilindro colocado no umbral direito das portas, contendo um “rolo de pergaminho feito por um escriba contendo o texto manuscrito dos dois primeiros parágrafos da SHEMÁ. E posto em um estojo fixado no batente direito das portas da casa. A mezuzá representa o cumprimento literal do mandamento de escrever as palavras de Deus nos batentes da tua casa (Dt 6:9;11.20)

Shemá- Primeira palavra da seção da Torá que constitui a profissão de fé central do monoteísmo judaico.

Mikve – Mikvá, mikve, ou mikvé é o nome dado à imersão ritual em água utilizada no judaísmo.

Netilat Yadayim – Lavar as mãos.